



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

suplemento

4 1668 Xlo

ANO XVIII — Nº 90

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 66, inciso V, da Constituição Federal, e eu Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1963

Concede anistia aos jornalistas e aos demais incursores em delitos de imprensa.

Art. 1º São anistiados os jornalistas e os demais incursores em delitos

de imprensa, praticados no período compreendido entre a data de promulgação da Emenda Constitucional nº 4 (Ata 1.ª de 1961) e a data do sistema parlamentar de governo e da de nº 6, que a revogou.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 11 de julho de 1963

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).
Segundo Suplente — Guido Mondin (PSD — RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimard — Acre (em exercício o Suplente — José Kairala).
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte (em exercício o Suplente — Manoel Vilhaca do PTB).
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino em exercício o suplente Eduardo Catalão do PTB — Bahia.
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atilio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondin — R. G. Sul.
18. Benedicto Valladares — Minas Gerais.
19. Filint Müller.
20. José Feliciano — Goiás.

SENADO FEDERAL

21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás em exercício o suplente — José Elias.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Cevi — Amazonas.
6. Antonio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado (em exercício o Suplente, Soé Bezerra) — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro em exercício o Suplente Gouvêa Vieira.
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná em exercício o suplente Melo Braga.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto (em exercício o Suplente Gastão Muller).

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte em exercício o Suplente Cortés Pereira.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.

12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.
MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite (em exercício suplente Dylton Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.
SEM LEGENDA
1. Jasaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P.T.N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	2
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

1º — Maioria (39 Membros):	
PSD	
PTB	
2º — Minoria (17 Membros):	
UDN	
PL	
3º — Pequenas Representações (9 Membros):	
PTN	
PSP	
PSB	
MTR	
PR	
PDC	
Josaphat Marinho (Sem Legenda)	

LIDEBANCAS**I - DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA****Lider:**

Brios Carvalho — (PTB — PE)

Vice-Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA)

Vasconcelos Torres — (PTB — RJ)

Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)

Lobão da Silveira — (PSD — PA)

MINORIA**Lider**

João Agripino — (UDN — PB)

Vice-Líderes

Daniel Krieger — (UDN — RS)

Mém de Sá — (PL-RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES**Lider**

Lino de Matos — (PTN — SP)

Vice-Líder

Aurelio Viana — (PSB — GB)

II - DOS PARTIDOS**PSD**

Benedicto Valladares — (MG)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves — (CE)

Siegfredo Pacheco — (PI)

Walfredo Gurgel — (RG)

PTB**Lider**

Artur Virgílio — (AM)

Vice-Líderes

Amaury Silva — (PR)

Vivaldo Lima — (AM)

Bezerra Neto — (MT)

UDN**Lider**

Daniel Krieger — (RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende — (ES)

Padre Calazans — (SP)

Adolfo Franco — (PR)

PL**Lider**

Mém de Sá — (RS)

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho — (BA)

PTN

Lino de Matos — (SP)

Vice-Líder

Catete Pinheiro — (PA)

PSP**Lider**

Miguel Couto — (RJ)

Vice-Líder

Raul Giuberto — (ES)

COMISSÕES PERMANENTES**Comissão Diretora**

Moura Andrade — Presidente (PSD)

Nogueira da Gama — (PTB)

Adalberto Sena (PTB)

Rui Palmeira (UDN)

Gilberto Marinho (PSD)

Catete Pinheiro (PTN)

Joaquim Parente (UDN)

Guido Mondin (PSD)

Vasconcelos Torres (PTB)

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Nelson Maculan

(PTB)

Vice-Presidente — Eugênio Barros

(PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Eugênio Barros

2. Jacé Feliciano

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**DIRETOR GERAL**

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores, acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

Suplentes

1. Atilio Fontana

2. Pedro Ludovico

PTB**Titulares**

1. Nelson Maculan

2. Dix-Huit Rosado

3. Raul Giuberti

Suplentes

1. Eduardo Catalão

2. Aarão Steinbruch

3. Adalberto Sena

UDN**Titulares**

1. Lopes da Costa

2. Antonio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger

2. João Agripino

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN)

Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Jefferson de Aguiar

2. Ruy Carneiro

3. Lobão da Silveira

4. Wilson Gonçalves

5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel

2. Leite Neto

3. Benedito Valladares

4. Aarão Steinbruch

5. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Amaury Silva

2. Bezerra Neto

3. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Artur Virgílio

2. Argemiro de Figueiredo

3. Silvestre Pérciles

UDN**Titulares**

1. Aloysio de Carvalho

2. Eurico Rezende

3. Milton Campos

Suplentes

1. Afonso Arinos

2. Daniel Krieger

3. João Agripino

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias

Oficial Legislativo, PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN)

Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel

2. Pedro Ludovico

3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller

2. Eugênio Barros

3. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Dix-Huit Rosado

2. Oscar Passos

Suplentes

1. Antônio Jucá

2. Aarão Steinbruch

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz

2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa

2. Zacarias de Assunção

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Mafra.

Comissão de Economia

Presidente: Filinto Müller.

Vice-Presidente: Eduardo Catalão.

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

Filinto Müller

Eugênio Barros

Atilio Fontana

José Guimard

Suplentes

Jefferson de Aguiar

Siegfredo Pacheco

Sebastião Archer

Josaphat Marinho

PTB**Titulares**

Eduardo Catalão

Nelson Maculan

Júlio Leite

Suplentes

Oscar Passos

Bezerra Neto

Pinto Ferreira

UDN**Titulares**

Adolfo Franco

Lopes da Costa

Suplentes

José Cândido

Zacarias de Assunção

Reuniões: Terças-feiras, às 15,00 horas.

Secretário: Cid Brügger.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel — (PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans — (UDN)

COMPOSIÇÃO**PSD****Titulares**

1. Menezes Pimentel

2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedito Valladares

2. Siegfredo Pacheco

PTB**Titulares**

1. Adalberto Sena

2. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Pessoa de Queiroz
2. Amaury Silva

UDN**Titulares**

1. Antonio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,00 horas.

Secretária: Vera de Alvarenga Mafra.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

- PTB — Argemiro de Figueiredo — Presidente
UDN — Daniel Krieger — Vice-Presidente

Composição**PSD****Titulares**

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

Suplentes

1. José Guimard
2. Eugênio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB**Titulares**

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Nelson Maculan
2. Lino de Mattos
3. Vasconcelos Torres
4. Amaury Silva
5. Aurélio Vianna

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

PL**Suplentes**

1. Mem de Sá

Suplentes

1. Aloisio de Carvalho

Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.

Secretário: Renato de Almeida Chimento.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

- Presidente: Vivaldo Lima (PTB-).
Vice-Presidente: Ray Carneiro, (PSD).

Composição**PSD****Titulares**

1. Ray Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. José Guimard
4. Raul Giuberti

SUPLENTE

1. Leite Neto.
2. Lobão da Silveira.
3. Eugenio Barros.
4. Julio Leite.

PTB**Titulares**

1. Vivaldo Lima.
2. Amaury Silva.
3. Heribaldo Vieira.

Suplentes

1. Aurélio Vianna.
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá.

Titulares**UDN**

1. Eurico de Rezende.
2. Antônio Carlos.

Suplentes

1. Lopes da Costa
 2. Zacarias de Assunção.
- Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: Cid Brugger.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

- Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB)

Composição**PSD****Titulares**

1. Wilson Gonçalves.
2. Ruy Carneiro.

Suplentes

1. Sigefredo Pacheco.
2. Leite Neto.

PTB**Titulares**

1. Dix-Huit Rosado.
2. Heribaldo Vieira.
3. Aurélio Vianna.

Suplente

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Arnon de Melo.
3. Julio Leite.

UDN**Titulares**

1. João Agripino
 2. Lopes da Costa.
- Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

- Presidente — Dix-Huit Rosado.
Vice-Presidente — Padre Calazans.

Composição**PSD****Titulares**

1. Walfredo Gurgel.
2. Sebastião Archer.

Suplentes

1. Lobão da Silveira.
2. João Feliciano.

PTB**Titular**

1. Dix-Huit Rosado.

Suplente

1. Heribaldo Vieira.

UDN**Titulares**

1. Padre Calazans.
2. Julio Leite.

SUPLENTE

1. João Agripino.
2. Josaphat Marinho.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

- Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

Composição**PSD****Titulares**

1. Benedicto Valladares.
2. Filinto Müller.
2. Jefferson de Aguiar.
4. Aarão Steinbruch.

Suplentes

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guimard.
4. Victorino Freire.

PTB**Titulares**

1. Pessoa de Queiroz.
2. Vivaldo Lima.
3. Eduardo Catalão.

Suplentes

1. Antônio Jucá.
2. Oscar Passos.
3. Argemiro de Figueiredo.

UDN**Titulares**

1. Antônio Carlos.
2. José Cândido.
3. Padre Calazans.
4. Arnon de Melo.

Suplentes

1. Daniel Krieger.
 2. Eurico Rezende.
 3. João Agripino.
 4. Mem de Sá.
- Secretário: J. B. Costejon Branco.
Reuniões: as quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

- Presidente — Lopes da Costa (UDN).
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

Composição**PSD****Titulares**

1. Pedro Ludovico.
2. Sigefredo Pacheco.

Suplentes

1. Eugenio Barros.
2. Walfredo Gurgel.

PTB**Titular**

1. Dix-Huit Rosado.

Suplente

1. Agualberto Silva.

UDN**Titular**

1. Lopes da Costa.

Suplente

1. Dinarte Mariz.

PSD**Titular**

1. Miguel Couto.

Suplente

1. Raul Giuberti.
- Reuniões: Quintas-feiras, às 15,00 horas.
Secretário: Eduardo Ruy Barbosa.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão de Segurança Nacional

- UDN — Zacarias de Assunção — Presidente.

- PTB — Silvestre Péricles — Vice-Presidente.

Titulares

1. PTB — Oscar Passos.
2. UDN — Irineu Bornhausen.
3. PSD — José Guimard.
4. PSD — Victorino Freire.
5. PSP — Raul Giuberti.

Suplentes

1. PTB — Dix-Huit Rosado.
2. PTB — Eduardo Catalão.
3. UDN — Adolfo Franco.
4. UDN — Eurico Rezende.
5. PSD — Ruy Carneiro.
6. PSD — Atilio Fontana.
7. PSP — Miguel Couto.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.

Secretário: Geraldo Lima de Aguiar.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

- Presidente — Silvestre Péricles (PTB).
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).

Composição**PSD****Titulares**

1. Leite Neto.

2. Sigefredo Pacheco.

Suplentes

1. Victorino Freire.
2. Benedicto Valladares.

PTB**Titulares**

1. Silvestre Péricles.
2. Nelson Maculan.

Suplentes

1. Pinta Ferreira.
2. Eduardo Catalão.

UDN**Titulares**

1. Antonio Carlos.
2. Padre Calazans.

Suplentes

1. Dinarte Mariz.
1. Lopes da Costa.

PL**Titular**

1. Aloisio de Carvalho.

Suplente

1. Mem de Sá.

Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

- Presidente — José Feliciano (PSD).
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

Composição**PSD****Titulares**

1. José Feliciano.
2. Sebastião Archer.

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar.
2. Filinto Müller.

PTB**Titulares**

1. Bezerra Neto.
2. Lino de Mattos.

Suplentes

1. Silvestre Péricles.
2. Miguel Couto.

UDN**Titular**

1. Irineu Bornhausen.

Suplente

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfaender — Oficial Legislativo, PL-8.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963

Dá nova redação ao item II e ao § 4º do artigo 19 da Constituição (referentes ao Imposto de Vendas e Consignações).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
Pinto Ferreira — PTB
Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campes — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos.
Josaphat Marinho — Pequenos Partidos.
Eleita em 31-5-1963.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

CRIADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1963

Designada em 31-5-1963

Para averiguar, no prazo de 120 dias, os assuntos abaixo relacionados, propondo, a seguir, objetivamente, medidas legislativas ou cabíveis:

- a) Aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionários de serviços públicos;
- b) importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Pequenos Partidos.

COMISSÃO DIRETORA

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1963

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Srs. Nogueira da Gama, Vice-Presidente, Rui Palmeira, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, Adalberto Sena, 3º Secretário, Guido Mondin, 2º Suplente, e Vasconcelos Torres, 3º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora. estiveram presentes, ainda, os Srs. Senadores Victorino Freire, Vice-Líder da Maioria, e Eduardo Assmar.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Cattete Pinheiro, 4º Secretário, e Joaquim Parente, 1º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem debate, aprovada.

O Sr. Presidente, depois de lembrar que está anunciado o início do racionamento de energia elétrica, em todo país, a partir de agosto, com cortes de até 20% para a indústria, salienta a necessidade de adequar o Senado, quanto antes, gerando capazes de assegurar o funcionamento dos serviços do Congresso, sem quebra do seu ritmo de trabalho. A ideia de que haja luz e um elevador, ao menos, funcionando no andar semi-enterado e no Anexo, não é a menos de geradores que forneçam 1.000 KVA.

Declara Sua Excelência que a Câmara adotara essa solução de emergência, comprando um conjunto com potência de 97,5 KVA. O Senado vem estudando o assunto que agora se achava em vias de conclusão.

O Sr. 3º Suplente sugere que coletem preços, também, nas firmas Borgoff, Bover, AEG e Companhia Sul Americana de Eletricidade.

Debatido a questão, resolve a Comissão consultar as aludidas firmas e indagar das que já apresentaram projetos se mantêm suas propostas, tendo em vista uma solução de caráter geral ou uma de emergência, com 500 KVA.

Em seguida, de acordo com o parecer do Sr. 1º Secretário, a Comissão autoriza a compra de tapetes destinados ao Gabinete do Sr. Líder da Maioria, aprovando a proposta apresentada pela "Casa dos Tapetes Ltda.", marca Bandeirante.

Prosseguindo com a palavra, informa Sua Excelência já estarem prontas algumas casas do conjunto residencial econômico.

Delibera a Comissão que terá preferência para a ocupação das mesmas as famílias compostas de 4 pessoas e que residiam, anteriormente, nos Blocos 50 e 56.

Após exame de ofícios em que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e o da de Transportes requisitara pessoal, de acordo com a Resolução nº 8, do corrente ano, a Comissão profere os seguintes despachos:

No 1º: "Atendida a ponderação da Diretoria do Expediente, em face da verificação das condições atuais do funcionalismo daquela Diretoria, que não permitem o afastamento a nenhum funcionário, sem graves prejuízos aos seus serviços";

no 2º: "Atendida a ponderação da Diretoria do Pessoal, em face de verificação da real necessidade da Diretoria, que não pode ser desfalçada".

Em relação ao ofício do Líder do PSP, em exercício, solicitando um "pro-labore" para substituir, durante seu impedimento, o motorista que serve àquela liderança, a Comissão profere o despacho seguinte:

"Atendida a ponderação do Chefe do Serviço de Transportes, em face de se tratar de vigia, para o qual não há substituto, além da circunstância de sua condição funcional".

Prosseguindo nos trabalhos, é deferido, de acordo com o parecer do Sr. 2º Secretário, o requerimento de Jorge Miguel Conceição, Auxiliar de Portaria, PL-10, solicita 2 anos de licença para tratar de interesses particulares.

Tomando conhecimento de outro requerimento de Vera de Alvarenga Mafra, este redigido em termos, determina a Comissão informe o Diretor Geral quais e quantos são os seus pedidos. Quais as postulações dos mesmos, devendo ser reunidos num único processo, para exame particular de cada um e global, de modo a que tenham despacho peremptório, seja no sentido de autorizar o prosseguimento, ou declarar encerrados na esfera administrativa o que a requerente pleiteia".

Por fim, tendo em vista pedido de aposentadoria formulado por Clemente Watzel, Diretor da Taquigrafia, considera a Comissão não mais haver conveniência no cumprimento do despacho proferido na reunião de 19 do mês findo, que por tal motivo fica revogado.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

ATA DA 94ª SESSÃO, EM 11 DE JULHO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14,30 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Ednardo Assmar
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Raul Gilberti
Miguel Couto
Nogueira da Gama
Padre Calazans
José Elias
Lopes da Costa
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Atilio Fontana
Daniel Krieger — (18).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento dos Srs. Senadores. Há número regimental. Declara aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário lê a ata da Sessão anterior, que, posta em discussão, é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício nº 1.456, do Sr. 1º Secretário da Câmara, encaminhando, à revisão do Senado, o seguinte:

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1963

(Nº 8-A, de 1963 — na Câmara)

Aprova o texto de Acordo Internacional do Trigo de 1963, assinado pelo Brasil a 11 de maio de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É aprovado o texto do Acordo Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil a 11 de maio de 1962, em Washington.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, de Economia e de Finanças, em 11 de julho de 1963.

TEXTO DO ACORDO INTERNACIONAL DO TRIGO DE 1962

Os Governos signatários do presente Acordo

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo de 1949 foi revisto e renovado em 1953, 1956 e 1959, e;

Considerando que o Acordo Internacional do Trigo de 1959 expira em 31 de julho de 1962 e que é desejável concluir um novo Acordo para um novo período,

Convieram no seguinte:

PARTI I

Disposições gerais

Artigo 1

Objetivos

Os objetivos do presente acordo são: a) garantir suprimento de trigo e farinha de trigo aos países importadores, e mercados de trigo e farinha de trigo aos países exportadores, a preços equitativos e estáveis;

b) fomentar a expansão do comércio internacional do trigo e farinha de trigo, garantir que esse comércio seja o mais livre possível no interesse, tanto dos países exportadores, como dos importadores, e contribuir assim para o desenvolvimento dos países cuja economia depende da venda comercial do trigo;

c) superar as séries dificuldades causadas a produtores e consumidores por pesados excedentes e séria escassez de trigo;

d) estimular o uso e o consumo de trigo e farinha de trigo de modo geral, e, em particular, nos países em via de desenvolvimento de modo a melhorar as condições da saúde e nutrição nesses países e contribuir assim para o seu desenvolvimento;

e) de maneira geral, favorecer a cooperação internacional, no que se refere aos problemas mundiais do trigo, tendo em vista as relações existentes entre o comércio de trigo e a estabilidade econômica dos mercados de outros produtos agrícolas.

Artigo II Definições

1. Para os fins do presente Acordo:

a) "Comitê Consultivo de Equivalências de Preços" designa o Comitê constituído em virtude do art. 31;

b) "Saldo das obrigações" significa a quantidade de trigo que um país exportador está obrigado, nos termos do artigo 5, a fornecer a um preço não superior ao preço máximo isto é, a diferença, na data considerada, entre a quantidade básica determinada no ano safra e as compras comerciais efetuadas nesse país pelos países importadores;

c) "Saldo dos direitos" significa a quantidade de trigo que um país importador tem direito, nos termos do artigo 5, de comprar a um preço não superior ao preço máximo isto é, a diferença, na data considerada, entre sua quantidade básica determinada no ano safra, e as compras comerciais efetuadas nos países exportadores;

d) "Bushel" significa 60 libras "avoirdupois" e ou 27,2155 quilogramas;

e) "Gastes de armazenagem" significa os gastos provenientes de estocagem, juros e seguros, durante o armazenamento do trigo;

f) "Trigo de plantio certificado" significa o trigo oficialmente certificado conforme a prática em vigor nos países de origem, e que segue as normas de especificação reconhecidas em relação ao trigo de plantio nesse país;

g) "C. e f" significa custo e frete.

h) "Conselho" significa o Conselho Internacional do Trigo, constituído pelo Acordo Internacional do Trigo de 1949 e mantido pelo artigo 25;

i) "Ano-safra" significa o período de 1º de agosto a 31 de julho;

j) "Quantidade básica" significa: a) no caso de um país exportador, a média das compras comerciais anuais efetuadas naquele país pelos países importadores durante os anos determinados segundo o disposto no artigo 15;

b) no caso de um país importador a média das compras comerciais anuais efetuadas nos países exportadores ou num país exportador determinado conforme o caso durante os anos determinados segundo o disposto no artigo 15.

k) "Comitê Executivo" significa o Comitê constituído segundo o artigo 30;

l) "País exportador" significa segundo caso;

m) o Governo de qualquer país mencionado no Anexo B que haja aderido a este Acordo ou a ele aderido que dele não se tenha retirado;

II) esse país e os territórios aos quais se aplicam os direitos e obrigações contraindidos pelo respectivo Governo nos termos do presente Acordo;

m) "F. a. Q." significa quantidade média comercial;

n) "F. a. b." significa livre a bordo de navios transoceânicos ou embarcações marítimas, e no caso do trigo da França entregue em bordo do Reno, livre a bordo de embarcações fluviais;

o) "País exportador" significa conforme o caso;

p) o Governo de qualquer país mencionado no Anexo C que haja aceitado o presente Acordo ou a ele aderido e que não se tenha retirado;

II) esse país e os territórios aos quais se aplicam os direitos e obrigações contraindidos pelo respectivo Governo nos termos do presente Acordo;

p) "Gastos de mercado" significa todos os gastos usuais de mercado, fretamento e despesas;

q) "Preço máximo" significa conforme o caso os preços máximos especificados nos artigos 6 ou 7 ou determinados segundo o disposto nos mesmos artigos, ou qualquer um desses preços;

r) "Declaração de preço máximo" significa uma declaração feita segundo o disposto no artigo 13;

s) "T. Celada Métrica" ou "00 quilograma" significa 36 74371 "onças";

t) "Preço mínimo" significa conforme o caso os preços mínimos especificados nos artigos 6 ou 7 determinados segundo o disposto nos mesmos artigos ou qualquer um desses preços;

u) "Escala de preços" significa os preços compreendidos entre o preço mínimo inclusive e o preço máximo exclusivo, estipulados nos artigos 6 ou 7 ou determinados segundo o disposto nos mesmos artigos;

v) "Compra" significa a compra para fins de importação, de trigo exportado ou destinado a exportação por um país exportador ou por um país não exportador, segundo o caso, ou a quantidade desse trigo comprado. Quando houver no presente Acordo referência a uma compra, fica entendido que este termo designa, não somente as compras concluídas entre os Governos interessados, mas também as compras concluídas entre negociantes particulares e entre um negociante particular e o Governo interessado;

Nesta definição, o termo "Governo" significa o Governo de qualquer território ao qual se aplicam, em virtude do artigo 37 os direitos e obrigações contraindidos por qualquer Governo que haja aceitado o presente Acordo ou a ele aderido;

w) "Território" quando essa expressão se refere a um país exportador ou a um país importador, significa qualquer território ao qual se aplicam em virtude do artigo 37, os direitos e obrigações que o Governo desse país assumido nos termos do presente Acordo;

x) "Trigo" significa o trigo em grão, de qualquer natureza, tipo, categoria, grau ou qualidade e, salvo quanto ao artigo 6º, a farinha de trigo;

2. O cálculo de equivalente em grão das compras de farinha de trigo é efetuado na base da percentagem extração indicada pelo contrato entre o comprador e o vendedor. Se essa percentagem não estiver indicada em unidades em peso de farinha de trigo serão consideradas, para esse cálculo, como equivalentes a cem unidades em peso de trigo em grão, salvo decisão em contrário do Conselho.

Artigo 3

Compras comerciais e transações especiais

1. "Compra comercial", para os fins do presente Acordo, é toda compra realizada segundo a definição do artigo 2 e em conformidade com as práticas comerciais usuais no comércio internacional, exclusiva feita das transações indicadas no parágrafo 2 deste artigo.

2. "Transação especial", para os fins do presente Acordo, é aquela que feita ou não a preços compreendidos na escala e preços do Acordo, contém elementos introduzidos pelo Governo do país interessado, que não estão em conformidade com as práticas comerciais usuais.

As transações especiais compreendem:

a) as vendas a crédito nas quais, verificada a intervenção governamental, a percentagem de juros, o prazo de pagamento ou outras condições conexas não estão em conformidade com as percentagens, os prazos ou condições correntes no comércio de mercado mundial;

b) as vendas nas quais os fundos necessários a transação são obtidos do Governo do país exportador, sob a forma de um empréstimo ligado à compra de trigo;

c) as vendas em divisas do país importador, nem transferíveis nem convertíveis em divisas ou mercadorias destinadas a serem utilizadas no país exportador;

d) as vendas efetuadas em virtude de acordos comerciais com cláusulas especiais de pagamento que preveem contas de compensação servindo para regular bilateralmente os saldos credores por meio de troca de mercadorias, salvo se o país exportador e o país importador interessados aceita, sem que a venda seja considerada como tendo caráter comercial;

e) as operações de troca:

I) que resultam de intervenção do Governo e nas quais o trigo é trocado por preços diferentes dos usuais no mercado mundial; ou

II) que se efetuam graças a um programa governamental de compras, salvo se a compra de trigo resulta de uma operação de troca na qual o país de destino final do trigo não é designado no contrato inicial de troca;

f) uma doação de trigo ou uma compra de trigo por meio de uma ajuda financeira concedida especialmente para tal fim pelo país exportador;

g) quaisquer outras categorias de transações, a serem especificadas pelo Conselho, que contenham condições introduzidas pelo Governo de um país interessado, não conformes com as práticas comerciais usuais.

3. Qualquer questão proposta pelo Secretário executivo ou por um país exportador ou importador com o fim de decidir se uma transação determinada constitui compra comercial no sentido do parágrafo 1, ou transação especial no sentido do parágrafo 2 do presente artigo, será resolvida pelo Conselho.

PART II

Direitos e Obrigações

Artigo 4

Compras na escala de preços

1. Cada país importador se compromete a comprar aos países exportadores, durante o ano-safra e a preços incluídos na escala de preços, uma quantidade de trigo não inferior a percentagem especificada para o mesmo país no Anexo A, de suas compras comerciais globais de trigo durante o mesmo ano-safra, bem como a efetuar também toda compra comercial suplementar dentro da escala de preços, salvo quando estiver em vigor uma declaração de preço máximo em rela-

ção a um país exportador caso em que serão aplicáveis as disposições do artigo 5.

2. Os países exportadores se comprometem conjuntamente a colocar a disposição dos países importadores, durante o ano-safra e a preços incluídos na escala de preços, trigo em quantidades suficientes para satisfazer as necessidades comerciais desses países, salvo quando estiver em vigor uma declaração de preços máximo em relação a um país importador, caso em que serão aplicáveis a esse país as disposições do artigo 5.

3. Para os fins do presente Acordo e sob reserva das disposições do artigo 5, o trigo comprado por um país importador a outro país importador, que por sua vez, obtive esse trigo de um país exportador, durante o ano-safra em curso, será considerado como comprado diretamente ao país exportador. Sob reserva do disposto no artigo 19, o presente parágrafo só aplicará a farinha de trigo quando proveniente do país exportador interessado.

Artigo 5

Compras ao preço máximo

1. Se o Conselho fizer uma declaração de preço máximo referente a um país exportador, este deverá colocar a disposição dos países importadores, a um preço não superior ao preço máximo, as quantidades correspondentes ao saldo das suas obrigações para com esses países, contanto que a quantidade correspondente ao saldo dos direitos de cada país importador com relação a todos os países exportadores não seja ultrapassada.

2. Se o Conselho fizer uma declaração de preço máximo referente a todos os países exportadores, cada país importador, enquanto a referida declaração estiver em vigor, terá direito a:

a) comprar dos países exportadores, a preço não superiores ao preço máximo, a quantidade correspondente ao saldo dos seus direitos com relação a todos os países exportadores;

b) comprar trigo de qualquer procedência, não se considerando isso infração dos dispositivos do parágrafo 1 do artigo 4.

3. Se o Conselho fizer uma declaração de preço máximo referente a um ou mais países exportadores, mas não a todos, cada país importador, durante a vigência dessa declaração, terá direito a:

a) comprar trigo, segundo o disposto no parágrafo 1 do presente artigo a um ou mais desses países exportadores, e a comprar aos demais países exportadores, a preços compreendidos dentro da escala, o saldo das suas necessidades comerciais;

b) comprar trigo de qualquer procedência, não se considerando isso infração dos dispositivos do parágrafo 1 do artigo 4, até a quantidade correspondente ao saldo de seus direitos com relação a todos os países exportadores, na data efetiva dessa declaração contanto que a quantidade correspondente ao saldo de seus direitos com relação a todos os países exportadores não seja ultrapassada.

4. As compras efetuadas por um país importador a um importador que ultrapassarem o saldo de direitos da qual o país importador em relação a todos os países exportadores não reduzião as obrigações daquele país exportador, nos termos do presente artigo. As disposições do parágrafo 3 do artigo 4 serão também aplicadas ao presente artigo, desde que o saldo de direitos de cada país importador com relação a todos os países exportadores, não seja ultrapassado.

5. Para determinar se um país importador comprou a percentagem ori-

gatória, em conformidade com o parágrafo 1 do artigo 4, as compras efetuadas por esse país, no decorrer da vigência da declaração de preço máximo, sob reserva das disposições da alínea b) do parágrafo 2 e da alínea b) do parágrafo 3 do presente artigo.

a) serão tomadas em consideração quando efetuadas em qualquer país exportador, inclusive aquele a respeito do qual a declaração de preço máximo foi feita;

b) não se tomarão em consideração quando efetuadas num país não exportador.

Artigo 6

Preços do trigo

1. a) Os preços mínimos e máximos básicos, enquanto vigorar o presente Acordo, serão:

Mínimo ... \$1.62 1/2 dólar canadense
Máximo ... 2.02 1/2 dólar canadense por "bushel" à paridade do dólar canadense, fixada para os fins do Fundo Monetário Internacional, em 1º de março de 1949, para o Trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William-Port Arthur. Os preços mínimos e máximos básicos, e seus equivalentes mencionados equivalentes mencionados a seguir, não compreenderão as despesas de armazenagem e de comercialização que o comprador e o vendedor fixarem de comum acordo.

b) As disposições relativas ao preço máximo não se aplicam ao trigo "durum" nem as sementes de trigo certificadas.

c) As despesas de armazenagem combinadas entre o comprador e o vendedor só serão imputáveis ao comprador depois de uma data fixada de comum acordo e estipulada no contrato em cujos termos o trigo é vendido.

2. O preço máximo equivalente do trigo a granel para:

a) O trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William-Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo;

b) O trigo Manitoba Northern número 1, F. o. b., Port Churchill, Manitoba e o preço equivalente ao preço c. i. f. país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William-Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo e calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor;

c) trigo da Argentina em armazém de portos oceânicos é o preço máximo para trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazém de Fort William-Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, convertido na moeda argentina à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustes de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venha a ser aceitas, de comum acordo entre os países exportador e importador interessados;

d) o trigo da Austrália "f a q" em armazém de portos oceânicos é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1 a granel, em armazém de Fort William-Port Arthur, estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, convertido em moeda australiana à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo pelos países exportador e importador interessados;

e) o trigo da França, em amostras ou sob descrição, f c b, nos portos franceses ou entregues na fronteira francesa conforme o caso, o preço equivalente ao preço c & f no país de destino ou ao preço c & f num porto apropriado para entrega ao país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel,

nel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

f) o trigo da Itália, em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos italianos ou entregue na fronteira italiana, conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino ou ao preço c. & f. no porto apropriado para entrega ao país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

g) 1 — o trigo do México, em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos mexicanos do Golfo do México ou entregue na fronteira mexicana, conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

II — o trigo do México em amostras ou sob descrição, em armazenagem de portos mexicanos do Pacífico, é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, calculado por conversão em moeda mexicana à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

h) o trigo da Espanha em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos espanhóis ou entregue na fronteira espanhola, conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino ou ao preço c. & f. no porto apropriado para entrega ao país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

i) o trigo da Suécia, em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive esses dois portos, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

j) o trigo da Suécia, em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive esses dois portos, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

k) o trigo Heavy Dark Northern Spring nº 1, em armazenagem de Duluth/Superior é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

l) do presente artigo, calculado em função das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

k) o trigo Hard Winter nº 1 f. o. b., nos portos dos Estados Unidos da América Golfo e Costa do Atlântico, é o preço equivalente ao preço c. & f. no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo e calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

l) o trigo Soft White nº 1 ou trigo Hard Winter nº 1 em armazenagem de portos dos Estados Unidos da América na costa do Pacífico, é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo e calculado em função da taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

m) o trigo soviético South Winter, f. o. b., nos portos do Mar Negro ou do Mar Báltico ou na fronteira da URSS conforme o caso, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino, do preço máximo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

3. O preço mínimo equivalente do trigo a granel para:

a) o trigo Manitoba Northern nº 1, f. o. b. Vancouver;

b) o trigo Manitoba Northern nº 1, f. o. b., Port Churchill, Manitoba;

c) o trigo da Argentina, f. o. b., da Argentina;

d) trigo f. a. g. f. o. b. Austrália;

e) o trigo do México, em amostras ou sob descrição, f. o. b., em portos mexicanos ou entregue na fronteira mexicana, conforme o caso;

f) o trigo Hard Winter nº 1 f. o. b., nos portos dos Estados Unidos da América no golfo e na costa do Atlântico;

g) o trigo Soft White nº 1, ou o trigo Hard Winter nº 1, f. o. b., nos portos dos Estados Unidos da América na costa do Pacífico;

h) o trigo soviético South Winter, f. o. b., nos portos do Mar Negro ou do Mar Báltico ou na fronteira da URSS conforme o caso, é respectivamente:

o preço f. o. b. Vancouver, Port Churchill, Argentina, Austrália, portos mexicanos portos dos Estados Unidos da América no golfo e na costa do Atlântico e no Pacífico, portos do Mar Negro e Mar Báltico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas equivalente ao preço c. & f. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte do preço mínimo para o trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transporte e taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

países exportador e importador interessados;

i) o trigo Heavy Dark Northern Spring nº 1, em armazenagem de Duluth/Superior é o preço mínimo do trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, calculado em função das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

j) o trigo da França, em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos franceses, ou entregue na fronteira francesa, conforme o caso;

k) o trigo da Itália, em amostras ou sob descrição, f. o. b., em portos italianos ou entregue na fronteira italiana, conforme o caso;

l) o trigo da Espanha, em amostras ou sob descrição, f. o. b., em portos espanhóis ou entregue na fronteira espanhola, conforme o caso;

m) o trigo da Suécia em amostras ou sob descrição, f. o. b., nos portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive esses dois portos, é o preço equivalente ao preço c. & f. no país de destino ou ao preço c. & f. num porto apropriado para entrega ao país de destino, do preço mínimo do trigo Manitoba Northern nº 1, a granel, em armazenagem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, pelos países exportador e importador interessados;

4. Durante o período de navegação fechada entre Fort William/Port Arthur e os portos canadenses do Atlântico os preços máximos e mínimos, equivalente, são fixados levando-se em conta apenas o movimento do trigo por via lacustre ou por estrada de ferro Fort William/Port Arthur aos portos canadenses de inverno.

5. O Comitê Executivo poderá fixar, após consulta ao Comitê Consultivo de Equivalências de Preços os preços mínimos e máximo equivalentes para o trigo que se encontre em outros locais que não os acima estipulados; poderá igualmente reconhecer qualquer descrição, variedade, classe, grau ou qualidade de trigo que não os mencionados nos parágrafos 2 e 3 do presente artigo, e determinar-lhes os preços mínimos e máximos equivalentes, ficando entendido que no caso de qualquer outro trigo, cujo preço equivalente ainda não tenha sido determinado, os preços mínimos e máximos serão provisoriamente determinados em função dos preços mínimo e máximo serão provisoriamente determinados em função dos preços mínimos e máximo da descrição, variedade, classe, tipo grau ou qualidade do trigo especificados no presente artigo, ou reconhecidos posteriormente pelo Comitê Executivo após consulta ao Comitê Consultivo de Equivalências de Preços, os quais mais se aproximam do novo trigo pela adição de uma bonificação adequada ou pela dedução de um desconto adequado.

6. Se qualquer país exportador ou importador notificar ao Comitê Executivo que um preço equivalente determinado em conformidade com os parágrafos 2, 3, e 5 do presente artigo, não é mais à luz das tarifas de transporte, das taxas de câmbio das bonificações ou desconto em vigor, um equitativo, o Comitê Executivo examinará a questão e poderá, após consulta ao Comitê Consultivo de Equivalências de Preços, fazer o ajustamento que achar desejável.

7. Ao serem estabelecidos os preços mínimo e máximo equivalentes, de

acôrdo com os parágrafos 2, 3, 5, ou 6 do presente artigo, e sob reserva das disposições do artigo 16, relativas ao trigo "durum" e ao trigo de plantio certificado, não será feito ajustamento de preço correspondente a diferenças de qualidade que possa resultar na fixação de preços mínimos e máximos equivalentes para o trigo seja ele qual for, a um nível superior aos preços básicos mínimo ou máximo conforme o caso, estipulado no parágrafo 1.

8. Em caso de litígio sobre o montante da bonificação ou desconto que para os fins dos parágrafos 5 e 6 do presente artigo convenha aplicar a qualquer descrição de especificado no parágrafo 2 ou 3 ou reconhecida no termos do parágrafo 5, o Comitê Executivo após consulta ao Comitê Consultivo de Equivalências de Preços resolverá a questão a pedido do país exportador ou importador interessado.

9. Todas as decisões do Comitê Executivo, tomadas em virtude do disposto nos parágrafos 5, 6 e 8 do presente artigo, obrigarão todos os países exportadores e importadores ficando entendido que se qualquer desses países se considerar prejudicado por alguma dessas decisões poderá pedir ao Conselho que a reconsidere.

Artigo 7

Preços da farinha de trigo

1. As compras comerciais de farinha de trigo serão consideradas como sendo efetuadas por preços em consonância com os preços do trigo especificados ou estabelecidos em conformidade com o artigo 6, a menos que o Conselho receba de um país exportador ou importador uma declaração em sentido contrário, devidamente fundamentada caso em que, com o concurso dos países interessados, examinará a questão e se pronunciará sobre a conformidade dos preços.

2. O Conselho, em colaboração com qualquer país exportador ou importador, poderá fazer estudos sobre os preços da farinha de trigo em relação aos preços do trigo.

Artigo 8

Países que ora exportam ora importam o trigo

1. Durante a vigência do presente Acôrdo e para fins de sua aplicação os países mencionados no Anexo I serão considerados exportadores e os países mencionados no Anexo C importadores.

2. Exceto quando se tratar de trigo desnatado para forragem destinado à alimentação de gado, todo país mencionado no Anexo C, que puser o trigo à disposição de um país exportador ou importador deverá oferecer-lhe a preços compatíveis com o preço de preços e evitar no curso de sua operação, qualquer medida que possa prejudicar a boa execução do presente Acôrdo.

3. Todo país mencionado no Anexo B que desejar comprar trigo deve esforçar-se, na medida do possível, para efetuar compras em países exportadores por preços incluídos na escala de preços e evitar, fazendo-o, qualquer medida que possa prejudicar a boa execução do presente Acôrdo.

PARTE III

Ajustes

Artigo 9

Ajustes em caso de colheita insuficiente

1. Qualquer país exportador que não seja impedido, em virtude de uma colheita insuficiente, de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acôrdo no curso de um determinado ano safral, comunicará com a maior brevidade a situação ao Conselho e lhe solicitará dispensa de parte

a totalidade de suas obrigações relativas àquele ano-safra. Toda solicitação feita ao Conselho em conformidade com o presente parágrafo será examinada sem demora.

2. Para pronunciar-se sobre um pedido de dispensa, feita de acordo com o presente artigo, o Conselho estudará a situação dos fornecimentos do país exportador e examinará até que ponto esse país respeitou o princípio segundo o qual deve a medida máxima das suas possibilidades, colocar trigo à disposição dos países importadores a fim de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo.

3. Para pronunciar-se sobre um pedido de dispensa feito de acordo com o presente artigo, o Conselho levará igualmente em conta a importância atribuída no fato de que cumpre ao país exportador respeitar o princípio constante do parágrafo 2 do presente artigo.

4. Se o Conselho verificar que o pedido do país exportador tem fundamento, decidirá em que medida e em que condições será aquela pais dispensado de suas obrigações relativas a ano-safra em questão. O Conselho informará o país exportador de sua decisão.

5. Se o Conselho decidir que o país exportador será dispensado do total ou de parte de suas obrigações, nos termos do artigo 5, para o ano-safra em questão, aumentará as obrigações dos outros países exportadores, representadas pelas quantidades básicas, até o limite aceito por cada um deles. Se esses aumentos não bastarem para compensar a dispensa concedida em virtude do parágrafo 4 do presente artigo, o Conselho reduzirá no montante necessário os direitos dos países importadores representados pelas quantidades básicas, até o limite aceito por cada um deles.

6. Se a dispensa concedida em virtude do parágrafo 4 do presente artigo não puder ser inteiramente compensada pelas medidas previstas no parágrafo 5, o Conselho reduzirá a parte proporcional dos direitos dos países importadores, representados pelas quantidades básicas, levando em conta reduções feitas de acordo com o parágrafo 5.

7. Se a obrigação de um país exportador, representada por sua quantidade básica, for reduzida de acordo com o parágrafo 4 do presente artigo, a quantidade correspondente a tal redução será considerada, para o fim o estabelecimento da quantidade básica desse país e de todos os outros países exportadores no ano-safra seguintes, como se tivesse sido cumprida. Aquele país exportador durante o ano-safra em questão. Dada a situação, o Conselho determinará o montante e as modalidades das reduções de se for o caso, cabendo ao país exportador a consequência das compensações devidadas de acordo com o presente parágrafo, as quantidades básicas dos países importadores durante o ano-safra seguintes.

8. Se o direito de um país importador, representado por sua quantidade básica, for reduzido durante um ano-safra, de acordo com o parágrafo 5 e 6 do presente artigo, para compensar a dispensa concedida a um país exportador em virtude do parágrafo 4, a quantidade correspondente tal redução será considerada como tivesse sido cumprida, durante o ano-safra em questão, aquele país exportador para o fim do estabelecimento da quantidade básica desse país importador nos anos-safra seguintes.

Artigo 10

Medidas em caso de necessidade de salvaguardar o balanço de pagamento ou as reservas monetárias

1. Qualquer país importador que não puder ser impedido, pela ne-

cessidade de salvaguardar seu balanço de pagamentos ou suas reservas monetárias, de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo, durante determinado ano-safra, deverá, com a maior brevidade possível, comunicar a situação ao Conselho e solicitar-lhe dispensa de parte ou de todas as suas obrigações relativas a aquele ano-safra. Qualquer solicitação feita ao Conselho em conformidade com o presente parágrafo será examinada sem demora.

2. Se uma solicitação for feita em conformidade com o parágrafo 1 do presente artigo, o Conselho solicitará o exame, juntamente com todos os fatores que julgar pertinentes, na medida em que o assunto interessar a um país membro do Fundo Monetário Internacional, a opinião do Fundo sobre a existência e a extensão da necessidade de que trata o parágrafo 1.

3. Para pronunciar-se sobre um pedido de dispensa feita de acordo com o presente artigo, o Conselho levará em conta a importância atribuída a que o país importador observe o princípio segundo o qual, deverá, na medida das suas possibilidades, efetuar compras a fim de cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo.

4. Se o Conselho verificar que o pedido do país importador tem fundamento, decidirá em que medida e em que condições será aquele país dispensado de suas obrigações durante o ano-safra em questão. O Conselho comunicará sua decisão ao país importador.

Artigo 11

Ajustes e compras adicionais em caso de necessidade crítica

1. Se uma necessidade crítica surgir ou ameaçar surgir em seu território, todo o país importador poderá apelar para o Conselho a fim de que o auxilie na procura de suprimentos de trigo. Para remediar tal situação crítica, o Conselho examinará esse apelo, no mais breve prazo possível, e dirigirá aos países exportadores e importadores recomendações sobre as medidas a serem tomadas.

2. Ao pronunciar-se sobre as recomendações a formular para dar cumprimento ao pedido que lhe dirigir um país importador, de acordo com o parágrafo precedente, o Conselho, em vista da situação, levará em conta as compras comerciais efetivas feitas por esse país aos países exportadores ou o limite das suas obrigações nos termos do artigo 4.

3. Nenhuma medida tomada por um país exportador ou importador, em conformidade com uma recomendação feita de acordo com o parágrafo 1 do presente artigo, interferirá em alterações de quantidade básica de qualquer país exportador ou importador nos anos-safra seguintes.

Artigo 12

Outros ajustes

1. Um país exportador poderá transferir parte de seu saldo de créditos a outro país exportador e um país importador poderá transferir parte de seu saldo de débitos a outro país importador, pela duração do ano-safra, dependendo da aprovação do Conselho por maioria de votos dos membros dos países exportadores e importadores.

2. Qualquer país importador poderá a qualquer tempo, por notificação escrita ao Conselho, anular a percentagem de compras que se compromete a efetuar em conformidade com o parágrafo 1 do artigo 4. Esse aumento tornar-se-á efetivo a partir da data do recebimento da notificação.

3. Se qualquer país importador julgar que seus interesses, no que diz respeito à percentagem de suas obrigações assumidas de acordo com as

disposições do parágrafo 1 do artigo 4 e do Anexo A do presente Acordo, são gravemente prejudicados pela não participação no presente Acordo ou pela retirada de um país mencionado no anexo B e que possua pelo menos 5% dos votos distribuídos no mesmo Anexo B, poderá, por notificação escrita ao Conselho, solicitar uma redução da percentagem de suas obrigações. Nesse caso, o Conselho deduzirá das obrigações desse país importador uma percentagem equivalente à redução que existe entre suas compras comerciais máximas anuais nos anos determinados segundo as disposições do artigo 15, no país que não participou do Acordo ou dele se retirou, e sua quantidade básica em relação a todos os países mencionados no Anexo B; outrossim, reduzirá a percentagem assim revista, deduzindo da mesma a quantidade de 2 1/2%.

4. A quantidade básica de todo país que aderir ao presente Acordo, em conformidade com o parágrafo 4 do artigo 23, será compensada, em caso de necessidade, por ajustes adequados, para mais ou para menos, das quantidades básicas de um ou vários países exportadores ou importadores, conforme o caso. Esses ajustes não serão aprovados enquanto cada país exportador ou importador cuja quantidade básica se encontre assim modificada, não notificar seu assentimento.

PARTI IV

Disposições Administrativas relativas ao Direito das Obrigações

Artigo 13

Declarações de preço máximo

1. Logo que um país exportador colocar trigo a disposição de países importadores, exceto trigo "durum" ou trigo de plantio certificado, a preços não inferiores ao preço máximo, esse país o comunicará ao Conselho. Ao receber tal notificação, o Secretário Executivo, agindo em nome do Conselho, fará, salvo nos casos previstos no § 4º do presente artigo e no § 4º do artigo 18, uma declaração nesse sentido, denominada no presente Acordo "declaração de preço máximo". O Secretário Executivo comunicará essa declaração de preço máximo, logo que possível, a todos os países exportadores e importadores.

2. Logo que um país exportador colocar novamente trigo a disposição dos países importadores, exceto trigo "durum" ou trigo de plantio certificado, a preços inferiores ao preço máximo, o país o comunicará ao Conselho. Recibida a notificação, o Secretário Executivo, agindo em nome do Conselho, fará uma declaração nesse sentido, denominada no presente Acordo "declaração de preço mínimo". O Secretário Executivo comunicará essa declaração de preço mínimo, logo que possível, a todos os países exportadores e importadores.

3. O Conselho fixará, no seu relatório anual, o preço de referência do trigo de plantio certificado de acordo com o parágrafo 1º do presente artigo, e o preço de referência do trigo de plantio não certificado de acordo com o parágrafo 2º do presente artigo.

4. Se o Secretário Executivo julgar, a qualquer momento, que um país exportador deixou de fazer a notificação ao Conselho prevista nos §§ 1º e 2º do presente artigo, ou dirigiu ao Conselho uma notificação incompleta, convocará, sem prejuízo neste último caso das disposições dos §§ 1º ou 2º, uma reunião do Comitê Consultivo das Equivalências de Preços. Se o Secretário Executivo julgar, a qualquer momento, que um país importador dirigiu uma notificação de acordo com o § 1º, mas que os fatos alegados não justificam uma declaração de preço

máximo, não fará tal declaração, mas submeterá o caso ao Comitê Consultivo. Se o Comitê Consultivo, baseando-se no presente parágrafo ou no artigo 31, manifestar a opinião de que uma declaração deveria ou não ser feita, em conformidade com os §§ 1º ou 2º do presente artigo, ou que é inadequada, o Comitê Consultivo, em nome do Conselho, poderá, conforme o caso, fazer a referida declaração, atestando de fazê-la ou anular a declaração feita. O Secretário Executivo comunicará, logo que possível, essa declaração ou anulação a todos os países exportadores e importadores.

5. Toda declaração feita de acordo com o presente artigo deverá especificar o ano ou os anos-safra aos quais se refere, e as disposições do presente Acordo se aplicam em consequência.

6. Se um país exportador ou importador considerar que uma declaração, em virtude do presente artigo, deveria ou não ser feita, conforme o caso, poderá submeter a questão ao Conselho. Se o Conselho verificar que as alegações do país interessado são procedentes, fará a referida declaração ou anulará a já feita.

7. Qualquer declaração de acordo com os §§ 1º, 2º ou 4º que for cancelada em conformidade com o presente artigo, será considerada plenamente em vigor até a data da sua anulação; essa anulação não afetará a validade das medidas tomadas em virtude dessa declaração, antes de ser anulada.

Artigo 14

Medidas a tomar em caso de preço mínimo ou tendente ao mínimo

1. Se um país exportador ou importador colocar ou parecer no ponto de colocar a disposição de países exportadores e importadores trigo a preços não acima do preço mínimo, o Secretário Executivo, após haver informado de tal situação o Comitê Consultivo de Equivalência de Preços e ter-se posto em comunicação, em conformidade com a opinião desse Comitê, com o país interessado, informará disso o Comitê Executivo.

2. Se o Comitê Executivo, após haver estudado a questão, levando em conta o parecer emitido pelo Comitê Consultivo, consoante as disposições do § 4º do presente artigo, ou do artigo 31, considerar que o país interessado está arriscado a faltar à execução de suas obrigações decorrentes do Acordo no que diz respeito ao preço mínimo, o mesmo Comitê o participará a esse país e poderá pedir-lhe que forneça nesse sentido uma declaração que o Comitê examinará posteriormente. Se, depois de ter tomado em consideração as explicações práticas pelo país interessado, o Comitê considerar que o país que esse país está faltando a execução de suas obrigações no tocante ao preço mínimo, informará disso o Presidente do Conselho.

3. Recibida essa informação do Comitê Executivo, o Presidente do Conselho convocará logo que possível uma sessão do Conselho para estudar a questão. O Conselho poderá fazer aos países exportadores as recomendações que julgar necessárias para enfrentar a situação.

4. Se o Comitê Consultivo de Equivalência de Preços, no decurso do estudo permanente da situação de mercado que o mesmo efetuou em conformidade com o artigo 31, achar que, em razão de uma forte queda no preço de um tipo qualquer, se produziu ou há risco iminente de se produzir uma situação suscetível de comprometer a realização dos objetivos do Acordo no tocante ao preço mínimo ou se uma situação dessa natureza for levada ao conhecimento do Comitê Consultivo pelo Secretário Executivo, agindo por sua própria iniciativa ou a pedido de

um país exportador ou importador, o referido Comitê informará imediatamente o Comitê Executivo dos fatos em questão. Comunicando essa informação ao Comitê Executivo, o Comitê Consultivo levará especialmente em conta as circunstâncias que provocaram ou arrissem provocar, num mercado qualquer, uma forte queda no preço do trigo em relação ao preço mínimo. O Comitê Executivo, se achar oportuno, informará da situação o Presidente do Conselho, que poderá convocar uma sessão do Conselho para estudar a questão. O Conselho poderá dirigir aos países exportadores e importadores as recomendações que julgar necessárias para enfrentar a situação.

5. Assessorando e informando o Comitê Executivo em conformidade com os §§ 2º e 4º do presente artigo, o Comitê Consultivo recomendará as medidas que, no que diz respeito a determinação de margens por diferenças de qualidade, achar conveniente sejam adotadas para remediar a situação.

Artigo 15

Determinação das quantidades básicas

1. As quantidades básicas definidas no artigo 2º serão determinadas para um dos anos-safra, em função da média das compras comerciais anuais nos quatro primeiros dos cinco anos-safra imediatamente precedentes.

2. Antes do início de cada ano-safra, o Conselho determinará para aquele ano a quantidade básica de cada país exportador em relação a todos os países importadores e a quantidade básica de cada país importador em relação a todos os países exportadores, e a cada um deles em particular.

3. As quantidades básicas determinadas em conformidade com o parágrafo precedente serão ajustadas sempre que ocorrer uma alteração no número de países membros do presente Acordo, levando-se em consideração, se for o caso, as condições de adesão estabelecidas pelo Conselho, consoante o artigo 35.

Artigo 16

Registro

1. Para os fins da aplicação do presente Acordo, o Conselho registrará, em cada ano-safra, todas as compras comerciais dos países importadores, qualquer que seja o vendedor, e todas as compras comerciais feitas pelos países importadores aos países exportadores.

2. O Conselho manterá também registros a fim de que fiquem atualizados, no curso do ano-safra, o saldo das obrigações de cada país exportador em relação a todos os países importadores e o saldo dos direitos de cada país importador em relação a todos os países exportadores, e a cada um deles em particular. Os montantes desses saldos serão comunicados aos países exportadores e importadores, a intervalos fixados pelo Conselho.

3. Para os fins do § 2º do presente artigo e do § 1º do artigo 4º, as compras comerciais feitas por um país importador a um país exportador, inscritas nos registros do Conselho, serão registradas também em relação às obrigações dos países exportadores e importadores decorrentes dos artigos 4º e 5º do presente Acordo, ou em relação a essas obrigações modificadas em virtude de outros artigos do presente Acordo, se a época do carregamento estiver compreendida no ano-safra e

- a) no caso de países importadores, se as compras forem efetuadas a preços não inferiores ao preço mínimo; e
- b) no caso de países exportadores, se as compras forem efetuadas a preços compreendidos na escala de pre-

ços, inclusive para os fins do artigo 5, o preço máximo. As compras comerciais de farinha de trigo, inscritas nos registros do Conselho, serão igualmente e nas mesmas condições, registradas em relação às obrigações dos países exportadores e importadores, sob a condição de que o preço dessa farinha seja condizente com o preço de trigo determinado conforme as disposições do artigo 7.

4. Se um país importador e um país que colocar trigo à venda estiverem de acordo sobre esse ponto, as compras comerciais efetuadas a preços superiores ao preço mínimo não serão consideradas como infração aos artigos 4º, 5º ou ao § 2º do artigo 8º e serão registradas em relação às obrigações dos países interessados, se existirem. Nenhuma declaração de preço máximo será feita a propósito dessas compras num país exportador e as referidas compras não afetarão em nada as obrigações que o país exportador interessado assumir em relação aos outros países importadores, consoante o artigo 4.

5. No caso do trigo duro (durum) e de sementes de trigo certificados um, compra inscrita nos registros do Conselho será igualmente registrada em relação às obrigações dos países exportadores e importadores e nas mesmas condições, seja o seu preço superior ao preço máximo.

6. Sob reserva de que as condições estabelecidas no § 3 do presente artigo sejam cumpridas, o Conselho poderá autorizar o registro de compras para um ano-safra, se:

- a) o período de carregamento previsto estiver compreendido num prazo razoável, até o limite de um mês, a critério do Conselho, antes do início ou após o fim daquele ano-safra, e
- b) os países exportador e importador interessados estiverem de acordo.

7. Durante período de navegação interrompida entre Fort William/Port Arthur e os portos canadenses do Atlântico, toda compra poderá, não obstante as disposições do § 4º do artigo 6º, ser inscrita nos registros do Conselho em relação às obrigações do país exportador e do país importador interessados, em conformidade com o presente artigo, em se tratando de:

- a) trigo canadense transportado exclusivamente por estrada de ferro de Fort William/Port Arthur até os portos canadenses do Atlântico, ou
- b) trigo dos Estados Unidos da América que, ressalvadas as circunstâncias alheias ao controle do comprador e do vendedor, deveria ser transportado por via lacustre e estrada de ferro até os portos atlânticos dos Estados Unidos da América e que, por não poder ser usado esse sistema de transporte misto, for conduzido exclusivamente por estrada de ferro até os portos atlânticos dos Estados Unidos da América, contanto que o comprador e o vendedor estejam de acordo, quanto ao pagamento das despesas adicionais de transporte daí resultante.

8. O Conselho estabelecerá um regulamento para a notificação e o registro de todas as compras comerciais e transações especiais. Neste regulamento, o Conselho fixará a frequência e as modalidades pelas quais essas compras e transações deverão ser notificadas e definirá as obrigações dos países exportadores e importadores a respeito. O Conselho estabelecerá também o processo de modificação dos registros ou declarações por ele mantidos assim como as maneiras de resolver qualquer litígio que possa surgir em relação aos mesmos.

9. Todo país exportador e todo país importador gozará, no cumprimento de suas obrigações, de certa margem de tolerância que será fixada pelo Conselho para cada país, tomando por base a extensão dessas obrigações e outros fatores pertinentes.

10. A fim de manter em dia registros tão completos quanto possível, e para os fins previstos no artigo 23, o Conselho registrará separadamente, para cada ano-safra, todas as transações especiais efetuadas por qualquer país exportador ou importador.

Artigo 17

Avaliação das necessidades e disponibilidades do trigo

1. Até 1º de outubro, em se tratando de países do hemisfério setentrional, e até 1º de fevereiro, em se tratando de países do hemisfério meridional, todo país importador notificará ao Conselho as estimativas de suas necessidades comerciais de trigo, a serem supridas pelos países exportadores durante o ano-safra. Posteriormente, todo país importador poderá comunicar ao Conselho as modificações que desejar efetuar nas avaliações.

2. Até 1º de outubro, em se tratando de países do hemisfério setentrional, e até 1º de fevereiro, em se tratando de países do hemisfério meridional, todo país exportador notificará ao Conselho suas estimativas das quantidades de trigo que poderá exportar naquele ano-safra. Posteriormente, todo país exportador poderá comunicar ao Conselho as modificações que desejar efetuar em tais avaliações.

3. Todas as estimativas notificadas ao Conselho serão utilizadas para as necessidades da administração do Acordo e só serão comunicadas aos países exportadores e importadores nas condições fixadas pelo Conselho. As avaliações apresentadas segundo o presente artigo não terão de modo algum caráter de obrigatoriedade.

4. Os países exportadores e importadores terão plena liberdade de cumprir as obrigações assumidas nos termos deste Acordo por meio do comércio particular ou de outro modo. Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de dispensar qualquer negociante particular da observância das leis ou regulamentos a que esteja sujeito.

5. O Conselho poderá, se julgar oportuno, exigir que os países exportadores e importadores cooperem para colocar à disposição dos países importadores, em virtude do presente Acordo, depois de 31 de janeiro de cada ano-safra, pelo menos dez por cento das quantidades básicas atribuídas aos países exportadores para o mencionado ano-safra.

Artigo 18

Consultas

1. Para que um país exportador possa avaliar o montante dos seus compromissos no caso de declaração de preço máximo, poderá, sem prejuízo dos direitos de que goza todo país importador, consultar um país importador para averiguar até que ponto o referido país tenciona prevalecer-se, durante um determinado ano-safra, de seus direitos decorrentes dos artigos 4 e 5.

2. Todo país exportador ou importador que encontrar dificuldades em efetuar vendas ou compras de trigo, nos termos do artigo 4, poderá dirigir-se ao Conselho. A fim de resolver satisfatoriamente essas dificuldades, o Conselho consultará todos os países exportadores ou importadores interessados e poderá formular as recomendações que julgar adequadas.

3. Se, na vigência de uma declaração de preço máximo, um país importador encontrar dificuldades em obter a quantidade de trigo correspondente ao saldo de seus direitos no curso de um determinado ano-safra, a preços não superiores ao preço máximo, poderá dirigir-se ao Conselho. Este investigará a situação e consultará os países exportadores sobre a maneira pela qual deverão desincumbrar-se de suas obrigações.

Artigo 19

Cumprimento das obrigações assumidas nos termos dos artigos 4 e 5

1. Logo que possível, após o término de cada ano-safra, o Conselho examinará a maneira pela qual os países exportadores e os países importadores cumpriram as obrigações que assumiram em virtude dos artigos 4 e 5 do presente Acordo, durante aquele ano-safra.

2. Para os fins desse exame, o Conselho levará em conta as tolerâncias por ele determinadas em virtude do parágrafo 9 do artigo 16.

3. Ao examinar a maneira pela qual um país importador se desincumbiu de suas obrigações durante o ano-safra, o Conselho poderá, a pedido desse país, levar em conta o equivalente em trigo da farinha comprada por esse país a outro país importadora, se ficar demonstrado, de maneira satisfatória para o Conselho, que esta farinha foi fabricada em sua totalidade com trigo comprado a países exportadores, em conformidade com as disposições do presente Acordo.

4. Ao examinar a maneira pela qual um país importador se desincumbiu de suas obrigações durante o ano-safra:

- a) o Conselho não levará em conta importações excepcionais de trigo procedente de países outros que não os compradores, se ficar demonstrado, de maneira satisfatória para o Conselho, que esse trigo foi ou será utilizado exclusivamente para forragem e que a referida importação não se efetua em detrimento das quantidades normalmente compradas por aquele país importadora aos países exportadores. Toda decisão resultante da presente alínea deverá ser tomada pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores;

- b) o Conselho não levará em conta as importações — procedentes de países outros que não os países exportadores — de trigo desnatado, a menos que o Conselho considerá-lo aceitável para servir de forragem.

5. Ao examinar a maneira pela qual um país importador se desincumbiu de suas obrigações no curso do ano-safra, o Conselho poderá também não levar em conta quaisquer compras de trigo duro (durum) efetuadas pelo referido país em outros países importadores que sejam os portadores tradicionais de trigo duro (durum).

Artigo 20

Inadimplemento das obrigações assumidas em virtude dos artigos 4 e 5

1. Se, do exame feito em virtude do artigo 18, resultar que um país tenha faltado ao cumprimento das obrigações que assumiu em virtude dos artigos 4 e 5, o Conselho decidirá quais as medidas a serem tomadas.

2. Antes de tomar uma decisão segundo o presente artigo o Conselho facultará a todo país exportador importador interessado a oportunidade de apresentar todos os fatos que lhe pareçam pertinentes.

3. Se o Conselho, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, verificar que um país exportador ou importador faltou ao cumprimento das obrigações que assumiu em virtude dos artigos 4 e 5, poderá, mediante a mesma maioria de votos, privar o país em apêgo de seu direito de voto pelo período que determinar, reduzindo seus outros direitos de medida que julgar apropriado, falta, ou exclusão do Acordo.

4. Nenhuma medida tomada pelo Conselho, em virtude deste artigo, duzirá de qualquer maneira as obrigações do país interessado, no que se refere à sua contribuição financeira ao Conselho, salvo no caso de encargo daquele país do Acordo.

Artigo 21

Medidas a tomar em caso de prejuízos graves

1. Todo país exportador ou importador que achar que seus interesses, como membro do presente Acordo, estejam sendo seriamente lesados por medidas tomadas por um ou vários países exportadores ou importadores que afetem a execução do Acordo, poderá submeter o assunto ao Conselho. Nesse caso, o Conselho consultará imediatamente os países interessados a fim de resolver a questão.

2. Se a questão não puder ser resolvida mediante tais consultas, o Conselho poderá incumbir o Comitê Equivalência de Preços de investigar Executivo ou o Comitê Consultivo de e apresentar relatório com urgência. Uma vez recebido esse relatório, o Conselho procederá a um estudo mais aprofundado da questão e, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, poderá fazer recomendações aos países interessados.

3. Se, conforme o caso, tiverem ou não sido tomadas medidas, em virtude do parágrafo 2 do presente artigo, e o país interessado achar que a situação não foi tratada satisfatoriamente, poderá solicitar uma isenção ao Conselho. O Conselho poderá, se julgar oportuno, dispensar aquele país de parte de suas obrigações para aquele ano-safra. A decisão nesse sentido deverá ser tomada mediante dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores.

4. Se o Conselho não conceder isenção em virtude do parágrafo 3 do presente artigo, e o país interessado ainda achar que seus interesses como Membro deste Acordo, estão sendo seriamente lesados, poderá retirar-se do Acordo no fim do ano-safra, mediante notificação por escrito ao Governo dos Estados Unidos da América. Se o assunto houver sido submetido ao Conselho em um dado ano-safra e o exame do pedido de isenção tiver sido concluído no ano-safra seguinte, a retirada do país interessado poderá tornar-se efetiva dentro de trinta dias a partir da conclusão do referido exame, mediante notificação semelhante.

Artigo 22

Litígios e reclamações

1. Com exceção dos litígios previstos nos artigos 19 e 20, todo litígio relativo à interpretação ou aplicação do presente Acordo que não for resolvido mediante negociações será, a pedido de uma das partes litigantes, submetido à decisão do Conselho.

2. Sempre que um litígio for submetido ao Conselho, segundo o parágrafo 1 do presente artigo, a maioria dos países a um grupo de países que representem, pelo menos, um terço da totalidade dos votos, poderá pleitear que o Conselho, após pleno debate do assunto e antes de emitir sua decisão, solicite, sobre a questão em litígio, o parecer da Junta Consultiva mencionada no parágrafo 3 deste artigo.

3. a) A menos que o Conselho por unanimidade, decida em contrário, a Junta será composta de:

I) duas pessoas, uma possuidora de grande experiência em questões do gênero da que estiver em litígio, e a outra possuidora de autoridade e experiência em questões jurídicas ambas designadas pelos países exportadores;

II) duas pessoas, de análoga qualificação, designadas pelos países importadores; e

III) um presidente escolhido por unanimidade pelas quatro pessoas designadas em conformidade com as disposições das alíneas I e II acima ou, em caso de desacordo, pelo Presidente do Conselho.

b) Poderão integrar a Junta Consultiva os nacionais de países cujos Governos são partes no presente

Acordo. Os membros da Junta Consultiva agirão a título pessoal e sem receber instruções de qualquer Governo.

c) As despesas da Junta Consultiva serão custeadas pelo Conselho.

4. O parecer justificado da Junta Consultiva será submetido ao Conselho, que, depois de examinar todas as informações relevantes, decidirá o litígio.

5. Toda reclamação que tenha por objeto o inadimplemento, por um país exportador ou importador, das obrigações decorrentes do presente Acordo, será, a pedido do país reclamante, submetido ao Conselho, que decidirá a respeito.

6. Sob reserva do disposto no artigo 20, nenhum país exportador ou importador será considerado como tendo infringido o presente Acordo senão pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores. Sempre que se verificar infração ao presente Acordo por um país exportador ou importador, determinar-se-á a natureza da infração e, se esta consistir na falta de cumprimento por aquele país das obrigações assumidas em virtude dos artigos 4 ou 5 do presente Acordo, determinar-se-á também a extensão desta falta.

7. Sob reserva do disposto no artigo 20, se o Conselho verificar que um país exportador ou importador cometeu uma infração ao presente Acordo, poderá, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, privar aquele país de seu direito de voto, até que o mesmo cumpra as suas obrigações, ou então excluí-lo do Acordo.

QUINTA PARTE

Exame Anual — Consumo e Utilização do Trigo

Artigo 23

1. a) Em conformidade com os objetivos do presente Acordo, enuncia dos no artigo primeiro, o Conselho procederá anualmente a um exame da situação mundial do trigo e informará os países exportadores e os países importadores da repercussão de qualquer dos fatos apurados sobre o comércio mundial do trigo, a fim de que os Governos desses países o tenham em mente quando determinarem e aplicarem sua política interna em matéria de agricultura e preços.

b) O exame será efetuado à luz das informações disponíveis sobre a produção nacional, estoques, preços, comércio, inclusive colocação de excedentes de trigo e transações especiais, consumo e quaisquer outros fatos julgados pertinentes. Para facilitar esse exame o Conselho poderá compilar tais informações mediante estudos efetuados em colaboração com qualquer país exportador ou importador.

c) Para facilitar ao Conselho o exame das operações relativas a colocação dos excedentes de trigo, os países exportadores e importadores informarão das medidas adotadas para garantir a observância dos seguintes princípios: para resolver os problemas relacionados com a colocação dos excedentes, os países interessados se esforçarão, na medida do possível, por estimular o consumo e colocar tais excedentes de maneira ordenada; finalmente, quando a colocação de excedentes se efetuar em condições especiais, essas transações deverão processar-se sem interferir de modo prejudicial com os padrões normais da produção e do intercâmbio comercial internacional.

d) Para os fins do exame anual, qualquer país exportador ou importador poderá comunicar ao Conselho toda informação que considerar relacionada com os objetivos do Acordo. O Conselho, por ocasião do exame anual, levará em conta, quando cou-

2. Para os fins do presente artigo e do art. 24, o Conselho tomará na devida consideração os trabalhos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e os das outras organizações intergovernamentais, sobretudo para evitar duplo emprego e poderá, sem prejuízo do alcance do § 19 do art. 34, concluir os entendimentos que julgar desejáveis para a colaboração em qualquer de suas atividades, com essas organizações intergovernamentais, bem como os Governos de países membros da Organização das Nações Unidas ou de seus organismos especializados que embora não sejam partes ao presente Acordo, tenham interesse substancial no comércio internacional do trigo.

3. O presente artigo não restringirá a completa liberdade de ação de qualquer país exportador ou importador, quanto à determinação e execução de sua política interna em matéria de agricultura e preços.

Artigo 24

Consumo e utilização do trigo

1. Quando achar oportuno, o Conselho examinará os meios de aumentar o consumo do trigo e informará devidamente os países exportadores e importadores. Nesse sentido, o Conselho poderá empreender, conjuntamente com os países exportadores e importadores, estudos concernentes sobretudo:

a) aos fatores que influenciam o consumo do trigo em diversos países; e

b) aos meios de estimular o consumo, sobretudo nos países onde se verificar ser possível aumentá-lo. Para esse fim, qualquer país exportador ou importador poderá comunicar ao Conselho as informações que julgar pertinentes.

2. Reconhecendo a importância dos problemas especiais que se apresentam aos países em via de desenvolvimento, os países exportadores e os países importadores levarão devida conta o princípio segundo o qual conviria, na medida do possível, utilizar efetivamente os excedentes de trigo para elevar os níveis de consumo e contribuir para o desenvolvimento geral, econômico e comercial, dos países em via de desenvolvimento em que a renda por habitante for baixa. Nos casos de fornecimento de trigo em condições especiais, os países exportadores e os países importadores se comprometerão a efetuar essas transações sem interferência prejudicial nos padrões normais da produção e do intercâmbio comercial internacional.

3. Qualquer país exportador ou importador que oferecer trigo excedente em condições especiais, graças a um programa subvencionado por um Governo, comprometer-se-á a comunicar prontamente ao Conselho informações pormenorizadas sobre os acordos desse gênero que seja concluído e a notificar regularmente as transações efetuadas em virtude desses acordos.

SEXTA PARTE

Administração Geral

Artigo 25

Constituição do Conselho

1. O Conselho Internacional do Trigo, criado em virtude do Acordo Internacional do Trigo de 1949, continuará a existir, para os fins da aplicação do presente Acordo, com o número de membros, poderes e atribuições previstos no Acordo.

2. Todo país exportador e todo país importador será membro votante do Conselho e poderá ser representado em suas reuniões por um delegado, suplentes e assessores.

3. Toda organização intergovernamental, que o Conselho decidir convidar para qualquer de suas reuniões poderá delegar poderes a um representante, que assistirá às mesmas sem direito de voto.

4. O Conselho elegerá um Presidente e um Vice-Presidente que exercerão suas funções durante um ano-safra. O Presidente não terá direito a voto, e o Vice-Presidente não o terá quando exercer a função de Presidente.

5. O Conselho terá, no território de qualquer país exportador ou importador, e até o limite compatível com as leis de cada país a capacidade jurídica necessária para o exercício das funções que lhe atribui o presente Acordo.

Artigo 26

Poderes e atribuições do Conselho

1. O Conselho elaborará o seu Regulamento Interno.

2. O Conselho manterá os registros previstos nas disposições do presente Acordo e poderá manter outros que julgar convenientes.

3. O Conselho publicará um relatório anual e poderá também publicar quaisquer outras informações (sobretudo seu Estado anual, parte ou sumário do mesmo) sobre questões relacionadas com o presente Acordo.

4. Além dos poderes e atribuições especificados no presente Acordo, o Conselho será investido de todos os demais poderes e atribuições necessários ao fiel cumprimento do presente Acordo.

5. O Conselho poderá, pela maioria de dois terços dos votos expressos dos países exportadores e de dois terços dos votos expressos dos países importadores, delegar o exercício de quaisquer de seus poderes ou funções. O Conselho poderá, em qualquer época renovar tal delegação de poderes mediante a maioria dos votos expressos. Com ressalva do disposto no artigo 13, toda decisão adotada em decorrência dos poderes ou atribuições delegados pelo Conselho, em conformidade com as disposições do presente parágrafo, estará sujeita à revisão pelo Conselho, a pedido de qualquer país exportador ou importador, formulado dentro do prazo fixado pelo Conselho. Toda decisão, a respeito da qual não tiver sido feito pedido de revisão dentro do prazo previsto, será obrigatória para todos os países exportadores e importadores.

6. A fim de permitir ao Conselho desincumbir-se de suas funções, nos termos do presente Acordo, os países importadores e exportadores se comprometem a pôr à sua disposição e fornecer-lhe todas as estatísticas e informações de que precisar.

Artigo 27

Votos

1. As delegações dos países exportadores disporão no Conselho dos votos indicados no Anexo B.

2. As delegações dos países importadores disporão no Conselho dos votos indicados no Anexo C.

3. Todo país exportador poderá autorizar qualquer outro país importador, a representar seus interesses e a exercer seu direito de voto em uma ou mais sessões do Conselho. Deverá ser apresentada ao Conselho prova da existência dessa autorização.

4. Se, na data de uma Sessão do Conselho, um país importador ou um país exportador não estiver representado por um delegado credenciado e não tiver autorizado outro país a exercer o seu direito de voto, em conformidade com o disposto no parágrafo 3 do presente artigo, ou se, na data de uma sessão, um país houver perdido seu direito de voto, dele despojado ou o tiver recuperado, em virtude de qualquer das disposições do presente Acordo, o total de votos que dispõem os países exportadores

ajustará a uma soma igual ao total de votos de que possam dispor os países importadores nessa sessão, e esta redistribuirá entre os países exportadores proporcionalmente aos seus votos.

4. A cada vez que um país se tornar parte do presente Acordo ou deixar de sê-lo, o Conselho redistribuirá os votos estipulados nos Anexos B e C, conforme o caso, proporcionalmente ao número de votos de que dispõe cada um dos países mencionados no referido Anexo.

5. Nenhum país exportador ou importador terá menos de um voto, e não haverá voto fracionado.

Artigo 28

Sede, sessões e quorum

1. A sede do Conselho será em Londres, salvo decisão contrária do Conselho, tomada pela maioria dos votos expressos dos países exportadores e pela maioria dos votos expressos dos países importadores.

2. O Conselho reunir-se-á pelo menos uma vez por semestre do ano-safra e em qualquer outra data escolhida por seu Presidente.

3. O Presidente convocará uma sessão do Conselho se for solicitada: a) por cinco países, ou b) por um ou mais países, que, em conjunto, disponham, pelo menos de dez por cento da totalidade dos votos, ou c) pelo Comitê Executivo.

4. Em toda reunião do Conselho, será necessária para constituir quorum a presença de delegados que, antes de ter havido qualquer ajuste de votos consoante o artigo 27, representem a maioria dos votos dos países exportadores e a maioria dos votos dos países importadores.

Artigo 29

Decisões

1. Salvo disposições em contrário do presente Acordo, as decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos expressos.

2. Todo país exportador e todo país importador comprometer-se-á a aceitar como obrigatórias todas as decisões tomadas pelo Conselho, em conformidade com as disposições do presente Acordo.

Artigo 30

Comitê Executivo

1. O Conselho instituirá um Comitê Executivo. Esse Comitê será composto de representantes de, no máximo, quatro países exportadores, eleitos anualmente pelos países exportadores, e de, no máximo, oito países importadores, eleitos anualmente pelos países importadores. O Conselho nomeará o Presidente do referido Comitê e poderá nomear um Vice-Presidente.

2. O Comitê Executivo será responsável perante o Conselho e funcionará sob a direção geral do mesmo Conselho. Terá as prerrogativas e funções que lhe são expressamente atribuídas pelo presente Acordo e as demais poderes e funções que o Conselho lhe possa delegar, segundo o parágrafo 5 do artigo 26.

3. Os países exportadores no Comitê Executivo terão o mesmo número total de votos que os países importadores. Os países exportadores no Comitê Executivo repartirão entre si, a seu critério, o voto que lhes couberem, ficando entendido que nenhum deles terá mais de quarenta por cento do total de votos atribuídos a esses países importadores.

4. O Conselho estabelecerá um regulamento interno sobre a votação no Comitê Executivo e poderá inserir outras cláusulas que julgar convenientes no regulamento interno desse Co-

mitê. Uma decisão do Comitê Executivo necessitará da mesma maioria de votos que o presente Acordo prevê para as decisões tomadas pelo Conselho sobre um assunto semelhante.

5. Todo país exportador ou importador, que não for membro do Comitê Executivo, poderá participar, sem direito de voto, dos debates a respeito de qualquer questão submetida ao Comitê Executivo, sempre que este julgar que os interesses daquele país estão em jogo.

Artigo 31

Comitê Consultivo sobre Equivalência de Preços

1. O Conselho criará um Comitê Consultivo sobre Equivalência de Preços, composto de representantes de, no máximo, quatro países exportadores e quatro países importadores. O Presidente do Comitê Consultivo será nomeado pelo Conselho.

2. O Comitê Consultivo manterá sob permanente vigilância a situação do mercado, sobretudo no tocante às oscilações dos preços do trigo; informará imediatamente o Comitê Executivo, sempre que, a seu ver, uma declaração de preço máximo deva ser feita nos termos do artigo 13 ou sempre que tenha surgido ou haja risco de surgir uma situação do tipo descrito nos parágrafos 1 ou 4 do artigo 14. O Comitê Consultivo, no exercício das funções que lhe atribui o presente parágrafo, levará em consideração todos os fatores que lhe forem apresentados por qualquer país importador ou exportador.

3. O Comitê Consultivo emitirá pareceres em conformidade com as disposições dos artigos pertinentes do presente Acordo, bem como sobre quaisquer outras questões que o Conselho ou o Comitê Executivo lhe possam submeter.

Artigo 32

O Secretariado

1. O Conselho terá à sua disposição um Secretariado composto de um Secretário-Executivo, que será seu funcionário administrativo mais graduado, e o pessoal necessário para os trabalhos do Conselho e de seus Comitês.

2. O Conselho nomeará o Secretário-Executivo, que será responsável pela execução das tarefas que incumbirem ao Secretariado para a aplicação do presente Acordo, bem como das que lhe forem atribuídas pelo Conselho e seus Comitês.

3. O pessoal será nomeado pelo Secretário-Executivo, em conformidade com o regulamento estabelecido pelo Conselho.

4. Constituirá condição para o exercício do cargo de Secretário-Executivo, bem como para o de qualquer outra função no quadro do pessoal do Secretariado, que os interessados não tenham, ou então deixem de ter, interesse financeiro no comércio do trigo a que não solicitem nem recebam da qualquer Governo ou de qualquer autoridade estranha ao Conselho instruções relativas às funções que exercem nos termos do presente Acordo.

Artigo 33

Finanças

1. As despesas das Delegações junto ao Conselho, dos representantes no Comitê Executivo e no Comitê Consultivo sobre Equivalência de Preços serão custeadas pelos Governos representados. As demais despesas decorrentes da aplicação do presente Acordo serão cobertas mediante contribuições anuais dos países exportadores e importadores. A contribuição de cada um desses países, para cada ano-safra, será proporcional ao seu número de votos em relação à totalidade dos votos dos países exportadores e importadores, no princípio daquela ano-safra.

2. Em sua primeira sessão após a entrada em vigor do presente Acordo, o Conselho votará seu orçamento para o período que terminará em 31 de julho de 1963 e fixará as contribuições a serem pagas por cada país exportador e cada país importador.

3. Por ocasião de uma das sessões a serem realizadas no curso do segundo trimestre de cada ano-safra, o Conselho votará seu orçamento para o ano-safra seguinte e fixará a contribuição de cada país exportador e de cada país importador, para aquela ano-safra.

4. A contribuição inicial de todo país exportador ou importador que tenha aderido ao presente Acordo, em conformidade com as disposições do parágrafo 4 do artigo 35, será fixada pelo Conselho, tomando por base o número de votos que lhe couber e o período restante do ano-safra em curso, mas as contribuições fixadas para os países exportadores e importadores, para aquele ano-safra, não sofrerão alteração.

5. As contribuições serão exigíveis logo após sua fixação. Todo país exportador ou importador que não tiver pago sua contribuição dentro de um ano a contar da sua fixação, perderá o direito de voto, até que sua contribuição seja paga, mas não ficará dispensado das obrigações que lhe impõe o presente Acordo nem privado dos demais direitos que este lhe conferir, salvo decisão do Conselho, tomada pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores.

6. O Conselho publicará, no curso de cada ano-safra, um balanço comprovado de sua receita e despesa no ano-safra anterior.

7. O Governo do país onde tiver sede o Conselho concederá isenção de impostos sobre os salários pagos pelo Conselho aos seus funcionários; contudo, essa isenção não se aplicará aos nacionais daquele país. Concederá também isenção de impostos sobre os bens, rendas e outros haveres do Conselho.

8. Antes de sua dissolução, o Conselho providenciará a liquidação de seu passivo e a disposição de seu ativo e arquivos.

Artigo 34

Cooperação com outras Organizações Intergovernamentais

1. O Conselho poderá tomar as providências que achar adequadas para assegurar o necessário intercâmbio de informações e cooperação com os órgãos competentes das Nações Unidas e suas agências especializadas, bem como com outras organizações intergovernamentais.

2. Se o Conselho verificar que qualquer disposição do presente Acordo é fundamentalmente incompatível com as obrigações estabelecidas pelas Nações Unidas, ou pelos seus órgãos competentes e agências especializadas, para ajustes intergovernamentais sobre produtos de base, tal incompatibilidade será considerada como obstáculo à boa aplicação do presente Acordo e procederá-se-á conforme o disposto nos parágrafos 2, 4 e 5 do artigo 33.

SÉTIMA PARTE

Disposições Finais

Artigo 35

Assinatura, aceitação, adesão e entrada em vigor

1. O presente Acordo ficará aberto à assinatura dos Governos dos países mencionados nos Anexos B e C, na cidade de Washington, de 19 de abril de 1962 até 15 de maio de 1963, inclusive.

2. Este acordo estará sujeito à aceitação dos Governos signatários, de acordo com os seus respectivos preceitos constitucionais. Ressalvadas as disposições do parágrafo 8 do presente artigo, os instrumentos de aceitação

deverão ser depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América o mais tardar até 16 de julho de 1962.

3. O presente Acordo estará aberto à adesão do Governo de qualquer país relacionado nos anexos B ou C. Ressalvadas as disposições do parágrafo 8 do presente artigo, os instrumentos de adesão deverão ser depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, o mais tardar até 16 de julho de 1962. Contudo, qualquer dos Governos referidos, se não for beneficiado por uma prorrogação de prazo, consoante as disposições do parágrafo 3, e em todo caso, depois de 16 de julho de 1963, poderá aderir ao presente Acordo em virtude do parágrafo 4 desse artigo.

4. O Conselho poderá, por maioria de dois terços dos votos expressos dos países exportadores e de dois terços dos votos expressos dos países importadores, aprovar a adesão de qualquer Estado Membro da Organização das Nações Unidas ou de suas agências especializadas ou de qualquer Governo convidando à Conferência do Trigo das Nações Unidas de 1962; o Conselho poderá estabelecer as condições para essa adesão e, em tal caso, determinar as quantidades básicas do trigo interessado, em conformidade com os arts. 12 e 15. A adesão efetuar-se-á mediante o depósito do instrumento de adesão junto ao Governo dos Estados Unidos da América.

5. A primeira, terceira e sétima parte do presente Acordo entrarão em vigor em 16 de julho de 1962 e a segunda parte em 1º de agosto de 1962, entre os Governos que, em 16 de julho de 1962, hajam aceitado o Acordo ou aderido ao mesmo em conformidade com os parágrafos 2 ou 3 do presente artigo, contanto que esses Governos representem, pelo menos, dois terços dos votos dos países exportadores e dois terços dos votos dos países importadores, segundo a distribuição estabelecida nos Anexos B e C. Em relação aos Governos que depositarem posteriormente um instrumento de aceitação ou adesão, o Acordo entrará em vigor na data desse depósito.

6. Para os fins da entrada em vigor do presente Acordo, conforme as disposições do parágrafo 5 do presente artigo, será considerada como equivalente a um instrumento de aceitação ou adesão uma notificação por meio da qual qualquer Governo signatário ou qualquer Governo com o direito de aderir ao presente Acordo em virtude do parágrafo 3, se comprometa a estender-se por conseguir, dentro do menor prazo possível, a aceitar o presente Acordo ou a aderir ao mesmo segundo os preceitos constitucionais, desde que a mencionada notificação seja recebida pelo Governo dos Estados Unidos da América o mais tardar até 16 de julho de 1962. Fica entendido que o Governo que emitir essa notificação aplicará provisoriamente este Acordo até aceitar seu instrumento de aceitação ou adesão, conforme os parágrafos 2 e 3, ou até o expirar do prazo no qual tal instrumento deveria ter sido depositado.

7. Se, em 16 de julho de 1962, as condições estipuladas nos parágrafos precedentes para a entrada em vigor do presente Acordo não tiverem sido preenchidas, os Governos dos países que, nesta data, tiverem aceitado o presente Acordo ou a ele aderido, em conformidade com o disposto nos parágrafos 2 e 3 do presente artigo, poderão decidir, de comum acordo, que, para eles o Acordo entrará em vigor ou então poderão tomar quaisquer outras medidas que, nas circunstâncias, julgarem apropriadas.

8. O Conselho poderá conceder uma prorrogação de prazo, para o depósito do instrumento de aceitação ou de adesão, a todo Governo que não tiver aceitado o presente Acordo ou a ele

aderido em 16 de julho de 1962, conforme o disposto nos parágrafos 2 ou 3 deste artigo, não podendo essa prorrogação ultrapassar a data de 16 de julho de 1963.

9. Quando, para os fins da aplicação do presente Acórdão, se fizer referência aos países relacionados nos Anexos B ou C, considerar-se-á incluído naquele Anexo todo país cujo Governo haja aderido ao presente Acórdão nas condições estipuladas pelo Conselho, em conformidade com o parágrafo 4 do presente artigo.

10. O Governo dos Estados Unidos da América notificará a todos os Governos que tenham assinado o presente Acórdão ou a ele aderido toda assinatura e aceitação deste Acórdão e toda adesão ao mesmo, bem como todas as notificações feitas nos termos do parágrafo 6 deste artigo.

Artigo 36

Duração, emendas, retirada e terminação

1. O presente Acórdão vigorará até 31 de julho de 1965, inclusive.

2. O Conselho, quando julgar oportuno, comunicará aos países exportadores e importadores suas recomendações referentes à renovação ou à substituição do presente Acórdão. O Conselho poderá convidar os Governos dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas ou de suas agências especializadas que, sem serem partes no presente Acórdão, tenham interesse substancial no comércio internacional do trigo, a participar de qualquer de seus debates sobre a matéria deste parágrafo.

3. O Conselho poderá, mediante a maioria dos votos dos países exportadores e a maioria dos votos dos países importadores, recomendar aos países exportadores e importadores uma emenda ao presente Acórdão.

4. O Conselho poderá fixar um prazo dentro do qual cada país exportador e cada país importador dever notificar ao Governo dos Estados Unidos da América se aceita ou rejeita a emenda. A emenda tornar-se-á efetiva com sua aceitação pelos países exportadores que representam dois terços dos votos dos países exportadores e pelos países importadores que representam dois terços dos votos dos países importadores.

5. Todo país exportador ou importador que não tenha notificado ao Governo dos Estados Unidos da América a sua aceitação de uma emenda até a data em que esta se tornar efetiva, poderá, após, ter enviado, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América a notificação de retirada que o Conselho exigir para cada caso, retirar-se do presente Acórdão no fim do ano-safra em curso, mas não ficará, por isso, desobrigado de quaisquer compromissos decorrentes do presente Acórdão e que não tiverem sido cumpridos até o fim daquele ano-safra. Todo país que se retirar desta forma não ficará obrigado pelas disposições da emenda que provocou sua retirada.

6. Todo país exportador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela não participação no presente Acórdão de um país mencionado no Anexo C e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos naquele Anexo ou todo país importador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela não participação no presente Acórdão de um país mencionado no Anexo B e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos no mesmo Anexo, poderá retirar-se do presente Acórdão mediante notificação, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América, antes de 1º de agosto de 1962. Se uma prorrogação de prazo tiver sido concedida pelo Conselho em virtude do parágrafo 8 do artigo 35, a notificação de retirada, conforme o presente parágrafo, po-

derá ser feita dentro dos catorze dias que se seguirem à expiração da prorrogação.

7. Todo país exportador ou importador que considerar sua segurança nacional ameaçada em consequência de início de hostilidades, poderá retirar-se do presente Acórdão, transcorridos trinta dias a contar da data da notificação prévia, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América; ou poderá, primeiro, dirigir-se ao Conselho para solicitar dispensa de parte ou da totalidade das suas obrigações decorrentes do presente Acórdão.

8. Todo país exportador que considerar seus interesses gravemente prejudicados pela retirada do presente Acórdão de um país relacionado no Anexo B e que represente pelo menos cinco por cento dos votos distribuídos no mesmo Anexo, poderá retirar-se do presente Acórdão mediante notificação, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América, dentro dos quatorze dias que se seguirem à retirada do país considerado causa desse grave prejuízo.

9. O Governo dos Estados Unidos da América levará ao conhecimento de todos os Governos que tenham assinado o presente Acórdão ou a ele aderido todas as notificações e avisos prévios recebidos em virtude do presente artigo.

Artigo 37

Aplicação territorial

1. Qualquer Governo poderá, por ocasião da assinatura ou aceitação do presente Acórdão ou da adesão ao mesmo, declarar que seus direitos e obrigações decorrentes do presente Acórdão não prevalecerão relativamente a todos ou a parte dos territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais for responsável.

2. Com exceção dos territórios a respeito dos quais tiver sido feita uma declaração, conforme o disposto no parágrafo 1 do presente artigo, os direitos e obrigações assumidos por qualquer Governo, nos termos do presente Acórdão, aplicar-se-ão a todos os territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais aquele Governo for responsável.

3. Qualquer Governo poderá a qualquer tempo depois da sua aceitação do presente Acórdão ou de sua adesão ao mesmo, e mediante notificação ao Governo dos Estados Unidos da América, declarar que seus direitos e obrigações decorrentes do presente Acórdão se aplicarão a todos ou a parte dos territórios não metropolitanos em relação aos quais tenha feito uma declaração aos termos do parágrafo 1 deste artigo.

4. Por notificação dirigida ao Governo dos Estados Unidos da América, qualquer Governo poderá retirar do presente Acórdão todos ou qualquer um dos territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais for responsável.

5. Para fins da determinação das quantidades básicas, conforme o disposto no artigo 15, e da redistribuição dos votos, conforme o disposto no artigo 21, qualquer alteração, nos termos deste artigo, na aplicação do presente Acórdão será considerado como uma alteração no sentido apropriado do número de países partes no presente Acórdão.

6. O Governo dos Estados Unidos da América comunicará a todos os países signatários do presente Acórdão, bem como aos que tenham aderido ao mesmo as declarações ou notificações feitas nos termos do presente artigo.

Em fé de que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim

pelo, seus respectivos Governos, firmam o presente Acórdão nas datas que figuram ao lado de suas assinaturas.

Os textos do presente Acórdão nos idiomas inglês, francês, espanhol e russo, merecem igualmente fé. Os originais serão depositados nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América, que remeterá cópias autênticas do mesmo aos Governos signatários, bem como aos Governos que a ele tiveram aderido.

ANEXO A

Compromissos percentuais dos países importadores

Arábia Saudita	70
Austria	60
Bélgica e Luxemburgo	90
Brasil	30
Ceilão	80
Coreia	90
Cuba	90
Federação da Rodésia e Niasalândia	90
Filipinas	80
Índia	70
Indonésia	70
Irã	80
Irlanda	90
Israel	60
Japão	85
Libéria	70
Líbia	70
Nigéria	80
Noruega	80
Nova Zelândia	90
Polónia	50
Portugal	85
Reino dos Países Baixos	90
Reino Unido	90
República da África do Sul	90
República Árabe Unida	30
República Dominicana	90
República Federal da Alemanha	87
Suíça	87
Vaticano (Cidade do)	100
Venezuela	60

ANEXO B

Votos dos países exportadores	
Argentina	70
Canadá	290
Austrália	125
Espanha	5
Estados Unidos da América	290
França	70
Itália	11
México	10
Suécia	5
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	125

Total 1 000

ANEXO C

Votos dos países importadores	
Arábia Saudita	5
Austria	6
Bélgica e Luxemburgo	33
Brasil	28
Ceilão	12
Coreia	20
Cuba	12
Federação da Rodésia e da Niasalândia	6
Filipinas	22
Índia	20
Indonésia	6
Irã	6
Irlanda	11
Israel	6
Japão	154
Libéria	1
Líbia	3
Nigéria	4
Noruega	18
Nova Zelândia	14
Polónia	10
Portugal	9
Reino dos Países Baixos	70
Reino Unido	333
República da África do Sul	10
República Árabe Unida	16
República Dominicana	2
República Fed. da Alemanha	139
Suíça	23
Vaticano (Cidade do)	1
Venezuela	14

Total 1.500

Ofícios do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de 10 do mês em curso:

Nº 1.426 — Comunica haver aquela Casa aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 29-60 (nº 4.355-B-62 na Câmara), que estabelece normas para o recebimento de verbas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho;

Nº 1.427 — Comunica haver aquela Casa aprovado emendas do Senado ao Projeto de Lei (nº 3.126-B-61 da Câmara e nº 55-62 no Senado) que cria, para cumprimento da Lei número 3.401, de 12 de junho de 1958, cargos no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Ofício nº DJ-268-63, de 5 do mês em curso, do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Encaminha observações daquela entidade com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 38-63 que regula a atividade dos representantes comerciais autônomos.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Há, sobre a mesa, requerimentos de informações, que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 451, de 1963

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, sejam prestadas, pela Comissão Diretora, as seguintes informações, relativas aos funcionários do Senado Federal, conforme itens abaixo:

I — qual o motivo por que os motoristas e auxiliares de motoristas não recebem as sessões extraordinárias feitas em conjunto pelas duas Casas do Congresso?

II — qual o motivo por que os guardas de urança não recebem horas extraordinárias pelos serviços prestados fora do expediente normal?

III — qual o motivo por que os taquígrafos "brat", enquadrados em símbolos idênticos aos dos da Câmara dos Deputados?

IV — qual o motivo por que os auxiliares legislativos e oficiais legislativos não foram enquadrados em símbolos idênticos aos dos da Câmara dos Deputados?

V — qual o motivo por que os funcionários mencionados no item anterior não tiveram tratamento idêntico ao dispensado aos taquígrafos?

VI — qual o motivo por que os funcionários recebem com grande atraso o pagamento das sessões extraordinárias, votos e adicionais por tempo de serviço?

Sala das Sessões, em 10 de julho de 1963. — Senador Arthur Virgílio, Líder do PTB.

Requerimento nº 452, de 1963

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador signatário, usando de faculdade regimental, requer a Vossa Excelência a requisição do Senhor Ministro da Fazenda as informações que se seguem mencionadas.

1. Se o Ministério da Fazenda está providenciando a liberação da dotação de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), consignada na verba 2.0.00, tabela do Ministério da Saúde, em favor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, do Estado do Espírito Santo.

2. Na hipótese negativa, citar a razão determinante, inclusive se feita o atendimento de alguma forma mediante por parte da instituição beneficiária, mencionando-a, se for o caso.

Sala das Sessões, 11 de julho de 1963. — Senador Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio, nem de aprovação do Plenário. Será publicado, e em seguida despachado pela Presidência.

Sobre a mesa comunicação do Líder da UDN, nobre Senador Daniel Krieger, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

Em 10 de julho de 1963.

Senhor Presidente

Para as suplências que deverão ser providas internamente, nas Comissões Permanentes, no Impedimento do Senador Senador Dinarte Mariz, que se acha licenciado, tenho a honra de indicar o Sr. Senador Cortez Pereira Afenciosas saudações. *Daniel Krieger, Líder da UDN.*

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a indicação feita pela liderança da União Democrática Nacional, constante do ofício que acaba de ser lido, esta Presidência designa o Sr. Senador Cortez Pereira para as suplências do mesmo Partido a serem providas, nos termos do art. 76, § 2º, do Regimento, nas Comissões do Distrito Federal, de Finanças, do Polígono das Sésas, de Saúde e de Serviço Público Civil, em virtude da licença concedida ao Sr. Senador Dinarte Mariz.

Há cradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre os males de que padece o Brasil, as chamadas doenças de massa oferecem indícios lamentáveis.

A situação é tão grave que o próprio Governo, nos seus mais importantes documentos, vem assinalando o fenômeno. Ainda em sua última Mensagem ao Congresso, S. Exa. o Sr. Presidente da República salientou a extensão das chamadas doenças de massa, fixando que a gravidade é de tal ordem, que só se equipara ao que se verifica nos países de nível econômico inferior.

Além disso, no Plano Trienal, e reconhecendo a amplitude do problema no País, o Governo proclamou a necessidade de assegurar prioridade no combate das doenças de massa, que são anuais — diz o documento — que ainda predominam nas grandes coletividades brasileiras, por força dos determinismos da pobreza e das precárias condições de vida.

A esses documentos oficiais vão-se juntando os dados e as informações dos técnicos. Ainda agora, ao se abrir a Campanha do Selo Antituberculoso no País, os médicos especializados vêm pedindo a atenção do Governo e da população do País para o que representa de perigo a tuberculose. Ao mesmo tempo, advertem os técnicos que em face dos efeitos produzidos pelos medicamentos especializados, ocorreu, não apenas no Brasil mas, por igual, em outros países, a ideia de que a tuberculose já não representava um mal coletivo, que, antes, tanto preocupava governos e sociedades.

A verdade, porém, é que se esses medicamentos reduzem a taxa de mortalidade, não eliminam, entretanto, nem anulam o índice de mortandade.

Assim mesmo os técnicos que o cuidado maior agora reside em que os Governos e as instituições especializadas não se deixem dominar por euforia, em face da aplicação dos tais medicamentos: é que reduzem eles a taxa de mortalidade, permitindo, todavia, que os doentes sobrevivam como portadores da moléstia de parcela considerável da população.

O fenômeno que se observa no mundo, onde segundo estatísticas de técnicos, há cerca de 15.000.000 de tuberculosos, tem singular importância para o Brasil. Nos dias agora trazidos ao público, no início da campanha do Selo Antituberculoso, alguns elementos da maior gravidade são expostos ao conhecimento geral. Assim, o Dr. Silvio Lemos do Amaral, Diretor do Serviço de Tuberculose da capital paulista, numa longa e pormenorizada entrevista, fornece alguns subsídios que merecem o exame do Congresso e do Governo, para oportunas e adequadas providências. Vê-se, desses elementos, que há, no Brasil, cerca de setenta mil doentes incuráveis, significando-se que, de modo geral, a moléstia é resistente aos próprios processos cirúrgicos. Atingindo as grandes cidades, sobretudo as mais populosas, a doença se estende, entretanto, a todo o País: varia o seu índice conforme sobretudo, as condições econômicas em que se diversifique o meio social brasileiro, mas a extensão da moléstia é tal que atinge a todo o território nacional, sendo de salientar que, segundo observações feitas, começa a penetrar gravemente nas populações indígenas.

Nessa entrevista, o Chefe do Serviço Médico de Tuberculose de São Paulo assinala mesmo que "a tuberculose está invadindo as nossas selvas, onde o índio, até há pouco livre da tuberculose, apresenta agora uma elevada incidência da doença: 3% entre 1.600 carajás examinados pelo Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas."

Se tal se verifica já entre os índios, é compreensível a extensão da moléstia entre as populações que guardam entre si maior contato, inclusive pelas vantagens de que também resultam os perigos da facilidade de comunicação.

O Sr. Miguel Couto — Dá-me V. Exa. licença para um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Miguel Couto — Estou ouvindo com muita atenção e aplaudo as considerações de V. Exa., que me parecem ser de um proveito médico especializado em tuberculose.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Bondade de V. Exa.

O Sr. Miguel Couto — Realmente, esse problema é muito grave. A resistência do bacilo a esses medicamentos especializados, que representaram como disse V. Exa., uma grande esperança na erradicação da tuberculose, criou com essa resistência, séria dificuldade ao seu combate; os índios são facilmente atingidos porque isolados nas florestas, constituem elemento de mais fácil contaminação; isso se verifica também, quando jovens do interior são chamados às armas, e uma vez no meio das casernas facilmente se contaminam. O problema, portanto, é muito sério e por isso, devemos levar, também, à população do interior a vacinação especializada pela B.C.G. que de fato, está comprovadamente demonstrado, é eficiente não somente no recém-nascido, mas também no adulto, quando ele é indene. Tive oportunidade de comprovar isto, mostrando que a vacina não é perigosa, como se acreditou há alguns anos, vacinando na Câmara dos Deputados meu filho, que tinha dezesseis anos e era indene, anafélico. Louvo, portanto, a magnífica contribuição que V. Exa. traz ao problema e lembro também que o Governo deve levar ao silvícola a vacina B.C.G.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O aparte que me acaba de dar o nobre Senador Miguel Couto traz ao meu discurso a autoridade da palavra de um médico e acrescenta ao debate um pormenor a que me ia referir — o problema da tuberculose sobre a população menor.

Atingindo de modo geral a população do País, alcançando os próprios índios, a tuberculose vem-se acentuando, pelo menos no que os técnicos chamam a sua apresentação plimária, na população escolar, de modo a assinalar-se.

Ainda ao abrir na Bahia, neste ano, a campanha do Selo antituberculoso, a que há pouco me referi, um técnico baiano, mas de renome hoje internacional, o Professor José Silveira, teve oportunidade de destacar que o índice de escolares atingidos, na Capital baiana, pela tuberculose, atinge a percentagem de quarenta por cento.

Visto o problema em seu conjunto, convém assinalar uma informação prestada por quem, não sendo médico nem, consequentemente, técnico, deve, contudo ter obtido dados em fontes idôneas, até porque cuidou dos problemas gerais do País quando elaborou o Plano Trienal. Visto o problema do ângulo geral, repito, quero invocar também a informação dada pelo Ministro Celso Furtado no seu trabalho a respeito do Brasil e da sua situação pre-evolucionária, no qual, assinala que há capitais estaduais onde dez por cento da população estão alstados, nos registros hospitalares, como sofrendo de tuberculose.

Não sendo, porém, um técnico no assunto, devo limitar-me ao exame dos aspectos gerais e a eles fiz referência para voltar-me, especialmente ao que ocorre na Bahia, e solicitar um pouco de ajuda, pelo menos, do Governo Federal, no que seja oportuno e adequado.

Sei que o que se verifica no Brasil e na Bahia não pode ser corrigido com a simples assistência de caráter médico nos domínios da saúde pública.

É sabido que o problema da tuberculose lança suas raízes no terreno, mais profundo das eficiências econômicas. Por isso mesmo, cumpre reconhecer-se que, enquanto o País não encontrar uma fase de desenvolvimento econômico em que a média de sua população tenha condições normais de vida e de sobrevivência, o mal não será atacado com eficácia razoável.

É sabido por igual que a estrutura econômica de um País, e de um País da extensão do Brasil, não se modifica a prazo curto. Cumpre, por isso não aguardar que se efetive a alteração de profundidade na estrutura econômica para atacar, como for possível, um mal de tamanha extensão.

Ao Governo cumpre ir ao encontro das populações, sobretudo das populações mais necessitadas, para lhes dar o auxílio, a ajuda, a assistência que estiver ao alcance das autoridades constituídas.

Essa ajuda o próprio Governo brasileiro reconhece que precisa dar a todo o País e, em especial, às populações do Nordeste, que ocupam o que o Presidente da República chamou uma das maiores áreas vazias do mundo.

Dentro do Nordeste, a Bahia está requerendo o auxílio maior que o Governo Federal lhe puder dar, para atacar a tuberculose, que se estende a uma parcela ponderável de sua população.

O Sr. Manoel Vilça — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Manoel Vilça — Junto-me aos louvores do nobre Senador Miguel Couto, muito digno ex-Ministro da Saúde, quando observa que V. Exa., não sendo médico, fala com a proficiência de poucos especialistas. Desejo corrigir o discurso de V. Exa., quando faz interessante observação entre a mortalidade pela tuberculose e a morbilidade. Realmente, os produtos que a ciência descobriu, nos últimos anos, para combater a tuberculose, chegaram até a acenar com a pos-

sibilidade da erradicação da moléstia. Mas a implicação da tuberculose com os problemas econômicos e sociais é de tal ordem, que durou pouco a esperança. Sabemos que há uma correlação muito íntima entre tuberculose e condições sociais e econômicas. Assim, o que esses medicamentos trouxeram foi uma espécie de repreendimento do obituario. Os tuberculosos começaram a morrer menos, mas não deixaram de adoecer como antes, porque as condições permaneceram as mesmas. Os medicamentos evitavam o óbito, mas não evitavam as novas ondas de tuberculosos, porque a doença, repito, está intimamente ligada às condições econômicas e sociais do Brasil. Para os países em situação socio-econômica idêntica à do Brasil, chamados de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, se bem analisarmos a implicação desses medicamentos em termos crus e em condições severas de críticas, chegaremos à conclusão de que eles foram, até certo ponto, prejudiciais porque, mantiveram uma leveza imensa de doentes, inclusive aqueles que poderiam ter morrido — morrido mais barato, permitam-me a expressão, de médico que observa o problema — e que continuam vivos, pesando para a nacionalidade, para a comunidade. Não vai neste comentário a menor desumandade. É uma observação crua do fenômeno que ocorre com a tuberculose nos países subdesenvolvidos. Quanto aos dados referidos pelo nobre Senador Josaphat Marinho, segundo os quais já hoje existem no País cerca de 70.000 indivíduos tuberculosos e até irrecuperáveis, pelos processos cirúrgicos, convém salientar que num país de estrutura econômica normal nenhum doente de tuberculose deveria chegar à situação de precisar da cirurgia. Ela é anti-econômica, quando nós dispomos de armas que, de par com a estrutura sanitária, poderão descobrir casos novos logo que surgirem. Então, não precisaríamos de equipamentos cirúrgicos para resolver casos que podemos chamar de individuais. Sendo a tuberculose uma doença de massa, como disse V. Exa., o tratamento que merece é também de massa, para que ele se torne realmente econômico: as finanças públicas caso cirúrgico é dispendiosíssimo e se esperarmos que o doente de tuberculose chegue ao ponto que somente a cirurgia poderá resolver, não teremos condições econômicas para enfrentar a tuberculose. Teremos que lançar mão daquele processo a que se refere o nobre ex-Ministro da Saúde, quando falou nas estruturas vulneráveis à doença. É o caso dos índios, que nunca tendo tido contato com o bacilo da tuberculose, não possuem a resistência natural. Caso semelhante ao do guerreiro africano da Primeira Grande Guerra, que chegava imune à tuberculose, com a qual não tivera qualquer contacto, e logo apresentava aqueles casos mais antigos, chamados tuberculose galopante, que hoje não mais existem.

Tuberculose galopante é coisa do passado de um indivíduo indene como o nosso índio, que pode morrer em 10, 15, 20 e 30 dias da moléstia. Era um processo de Séticemia, como muito bem diz o Senador Sigefredo Pacheco. A minha contribuição diz respeito a essa taxa de 40% de escolares tuberculosos. Tenho a impressão de que talvez seja o resultado de um inquérito à base de textos tuberculinícos ou outro processo para verificar a tuberculização do indivíduo. Há uma diferença muito grande entre tuberculose e tuberculização. Todos nós somos tuberculizados, e aí de nós se assim não fosse porque então não teríamos resistência para enfrentar o mal e morrer por ele em 10, 12, 20 dias. Julgo que o inquérito citado por V. Exa., do grande professor José Silveira, da Bahia, a quem rando meu respeito

te momento, é feito à base de teste tuberculínico, que revela o indivíduo tuberculizado porque houve contacto com a tuberculose, a que resistiu, dando-lhe uma espécie de imunidade, e não no termo exato da palavra, porque em tuberculose a imunidade é muito relativa. Assim, o inquérito do Prof. Silveira à base do teste tuberculínico, revela a tuberculização da população escolar, mas não a tuberculose na população escolar. É a conclusão que trago ao belíssimo discurso de V. Exa. Agora a respeito de em 10% da população a existência de uma estimativa falsa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Em certas capitais estaduais. O Sr. Manoel Villaga — Em certas cidades. Mesmo assim, merece um parágrafo. As nossas estatísticas são falsas, mesmo as que resultam de inquéritos conscienciosos. Por vezes, não são bem interpretadas. É verdade que em lida com esses dados são pessoas competentes e com conhecimento do assunto. Recordo-me de uma conversa que tive com o professor Lebrét, em Paris, em que se mostrava aquele professor um pouco cético em relação ao problema da tuberculose no Brasil. Embora os dados da incidência da tuberculose entre nós revelassem verdadeiro estado epidêmico, não há no obitário dos menores de cinco anos o registro de tuberculose, explicava eu, que ocorre é a falta de um verdadeiro serviço de verificação de óbitos. Os pais, principalmente no interior, não dão quase sempre o atestado de óbito não é passado por médico, mas por um leigo, que em geral atesta a morte por tuberculose. Até há pouco tempo, era doença vergonhosa, os próprios médicos por questão de deferência para com a família, por vezes evitava a palavra tuberculose nos seus atestados. Estou ouvindo o discurso de V. Exa. com muita atenção, porque focaliza um problema dos mais graves do país e que não creio possa ser resolvido, se não dispusermos de um aparelhamento oficial para o combate à tuberculose. A vacinação evita o contágio, como ocorre com a difteria e a varíola, etc. Mas é um problema diretamente ligado às condições sócio-econômicas, como bem disseu o nobre Senador pelo Estado da Bahia. Não há medida puramente neoadoras que possam diminuir a incidência da tuberculose, desde que as suas permanecem. Nem a B.C.G., Estreptomicina ou a Hidrazida podem afastar as causas. As palavras ilhantes que V. Exa. profere merecem meu apoio integral.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Irto a autoridade da V. Exa. a do eminente Senador Miguel Couto. Na verdade V. Exa. prestigia as considerações que venho formulando e lherio que a mim evidentemente escassa, a segura orientação técnica erra não posso e não devo penetrar.

O Sr. Miguel Couto — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O discurso do nobre Senador Josaphat Marinho, nos propõe também e ao Senado magnifica audo do nobre Senador Manuel Villaga te entrou em detalhes que esclarecem bem os nobres colegas do Senado. É evidente que precisamos tomar medidas urgentes como V. Exa. m lembrando no sentido de conhecermos os focos e atacá-los com urgência. Lembro que nós devemos cada vez mais defender e defender o método da abreugrafia, do notável Professor Manoel de Abreu, procurando local aparelhos de abreugrafia nos pontos de mais fácil acesso como há, há tempos, na Central do Brasil, passageiros chegava onde havia o posto e deixava-se examinar. Isso também foi feito nas Estações das Armas de Niterói e em Petrópolis, onde há uma grande movimentação;

de pessoas devemos ter a Abreugrafia. E esta é uma das providências por que V. Exa. pode pugnar, pedindo para que, na Bahia, haja esses postos de Abreugrafia, necessárias para o diagnóstico precoce da tuberculose, como disse muito bem o Professor Villaga. Conhecida em tempo oportuno, a doença é facilmente combatida pelos novos métodos de terapêutica que, felizmente, a Medicina já tem.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Grato a V. Exa.

Os termos gerais, com que o leigo fixa o assunto, se não tivessem outro efeito, já teriam produzido o de provocar os esclarecimentos e as sugestões que acabam de ser trazidos ao plenário, pelos ilustres Senadores médicos e que valem como conselhos aos órgãos de Governo e às instituições incumbidas do tratamento da tuberculose.

Sel, evidentemente, que esses dados estatísticos, a que me venho referindo, têm de ser considerados com as devidas cautelas, quer pelas deficiências naturais de todo levantamento dessa natureza, quer porque, no caso da tuberculose eles quase sempre não atingem a área completa de um Estado e, às vezes, nem sequer de uma comunidade. Compreendo, por isso, as razões do nobre Senador Manoel Villaga. Mas viria ao encontro dos elementos que trouxe ao debate, não recusando o princípio da tese sustentada, para acrescentar que o problema cresce de gravidade no Brasil. Enquanto se estima em cerca de 70.000 os doentes incuráveis, os leitos hospitalares, entretanto, não ultrapassam a casa dos 25.000.

Isso significa que há um déficit da ordem de 45.000. A particularidade mais grave, porém, segundo fez referência um dos técnicos, numa das entrevistas a que fiz alusão, desses 25.000 leitos 75% estão situados na área compreendida entre São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Vale dizer, que a área economicamente mais fraca do País é a que dispõe também do menor número de leitos para atender aos portadores de tuberculose. Na Bahia o fenômeno tem singular gravidade. Não há ali, evidentemente, estudos, pesquisas e estatísticas que alcancem seguramente todo o território do Estado. Os dados levantados se referem principalmente à Capital, mas, do que ali se tem feito, os técnicos chegaram à conclusão de que há pelo menos, 20 mil eliminadores de bacilos de tuberculose. O cadastro torácico revela um índice de 3% de suspeitos na população considerada sã.

Em 1961, verificaram-se 109 óbitos por tuberculose para cada 100 mil habitantes. E o Serviço Nacional da Tuberculose, em informação recente, esclarece que em 1962, em Salvador, ocorreram 782 óbitos por tuberculose, dos quais 110 em menores de 20 anos e 672 nas demais idades.

Para atender, entretanto, à gravidade da tuberculose, a Bahia dispõe apenas de um hospital — o Hospital da Fundação Octávio Mangabeira. Quando dispõe de recursos bastantes, este hospital mantém ou pode manter, uma média de seiscentos internados. Daí pode ver-se fila que se forma à espera de uma vaga, para que o doente seja recolhido.

Na população escolar, como me referi, segundo alusões do Professor José Silveira, e que o Jornal da Bahia publica:

“O índice de contaminação do Bacilo de Koch aumenta desproporcionalmente nas escolas de Salvador, atingindo a percentagem de 40%”.

Existem ali — é verdade — outras instituições que cuidam do problema: a Fundação Hospitalar Octávio Mangabeira, é um estabelecimento funda-

mental; como órgão que faz o trabalho de obtenção de recursos, que desenvolve campanhas em favor do combate à tuberculose, há a Fundação Santa Terezinha, por sua própria natureza uma instituição pobre e que não tem nenhum estabelecimento mantido por si mesmo. A Divisão de Tuberculose da Secretaria de Saúde mantém os serviços normais, sobretudo os ambulatoriais e os postos médicos, sem que o Governo do Estado, entretanto, pela deficiência de recursos financeiros, possa acudir, em justos termos, a necessidade da população.

Ali, porém em 1937, criou-se, como instituição particular, o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose. Os nobres médicos que me ouvem, nesta Casa, todos por certo conhecem, por exame direto ou através de dados, estudos e informações, o que vem realizando no campo da pesquisa, da profilaxia e do tratamento da tuberculose o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, fundado por um grupo de médicos sob a orientação principal de quem ainda hoje é seu dirigente, o Professor José Silveira.

Nascido em salas restritas da Faculdade de Medicina, o Instituto conseguiu crescer com o auxílio inicial da sociedade baiana, e graças aos esforços nunca demasiadamente elogiados do Professor José Silveira.

O Sr. Miguel Couto — Uma autoridade no assunto.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa diz: uma autoridade no assunto. Há pouco, alguns governos lhe deram ajuda, e o Instituto se transferiu para uma sede própria, a princípio modesta e limitada. Mas, a seguir, a duros esforços, transformada numa sede modelar. Acredito mesmo, pelo menos assim era até 1957, o único Instituto para investigação de tuberculose, existente no Brasil.

Era — o seguramente, até 1957.

Esse Instituto desenvolve trabalho científico notável, não só levando para o seu seio os médicos que se querem especializar, como trazendo do País e do estrangeiro as maiores autoridades no estudo e no tratamento da tuberculose, para cursos adequados, segundo a orientação técnica traçada por sua Direção. São múltiplos os estudos científicos produzidos na Bahia, ou levados a congressos no Brasil e no estrangeiro, por esse Instituto.

Neste debate, porém, não quero dar todo realce a esse problema de caráter científico e de pesquisa, pois que objetivo encaminhar um pedido de solução ao Governo, em favor do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose.

Por isso mesmo, devo assinalar aqueles aspectos que mais interessam à coletividade.

De janeiro de 1947 a dezembro de 1956, o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose desenvolveu esses serviços:

Serviço Clínico	
Matriculados	5.177
Matriculados no serviço	2.518
Não matriculados no serviço	2.659
Consultas subsequentes	36.612
Serviço de Cirurgia	
Total de intervenções realizadas	1.289
Laboratórios de Análises Clínicas	
Total de exames realizados	33.876
Laboratórios de Bacteriologia	
Total de exames realizados	24.014

Serviços de Raios-X	
Radioescopias	29.355
Radiografias	14.707
Abreugrafias	25.335
Tomografias	809

Serviço de Expositos a Contágio e Vacinação BCG	
Matriculados	4.517
Provas tuberculínicas realizadas	18.502
Vacinações BCG	20.950

Esse Instituto tem-se credenciado na Bahia exatamente porque não entra na rotina. Cada ano de luta, mesmo com as maiores dificuldades, significa para os seus dirigentes um estímulo, a ampliação e o aperfeiçoamento dos serviços.

Assim, em 1962, o movimento do Ambulatório indica estes dados:

Movimento do Ambulatório do IBIT em 1962	
Matriculas	549
Consultas subsequentes	5.209
Total de abreugrafias	3.092
Total de tele-radiografias	2.655
Provas tuberculínicas	2.161
Vacinações	1.151
Exames de Laboratório	10.050
Comunicantes atendidos	7.092
Matriculas de Expositos a Contágio	406
Intervenções cirúrgicas	40
Curados	39
Óbitos	8

Saliente-se, como esclarecimento a estas medidas, que o Instituto mantém alguns leitos onde recolhe, ora pensionistas, ora necessitados.

Diante da gravidade do problema na Bahia, e que se verifica por esses próprios dados estatísticos do Instituto, o estabelecimento compreendem a necessidade, não só ampliar mas também de aperfeiçoar as suas atividades, de modo de alcançar, cada vez mais, reais resultados no combate à tuberculose. Daí porque o próprio Professor José Silveira salienta que em seus trabalhos vinha verificando algumas deficiências, na atividade do Instituto, observou, notadamente, que lhe faltava a fixação e limitação de uma área em que o Instituto concentrasse os seus esforços para melhor realizar as suas pesquisas e fazer o levantamento do mal, como convém para o seu combate adequado.

De igual modo, concluiu até pelo que apurou nas suas excursões por outros países, que um instituto da natureza daquele não pode funcionar, em plena eficiência, sem dispor de uma organização hospitalar que complete os seus serviços.

Esse Instituto mereceu no governo Otávio Mangabeira toda ajuda, todo prestígio que um governo voltado para os interesses populares e dentro das limitações orçamentárias podia assegurar a uma instituição altamente útil e idônea.

Foi, então, ajudado com a concessão de um patrimônio em apólices para sua manutenção. Não preciso, entretanto, salientar perante este Plenário a quanto se reduziu hoje o valor correspondente ao produto dessas apólices em face do processo inflacionário crescente e absorvente no País.

O Governador Juracy Magalhães cuidou também, de dar o devido auxílio ao Instituto. Não só pleiteou da Assembleia Legislativa o aumento do patrimônio e apólices, como lhe deu um subsídio permanente, sobretudo para que o Professor José Silveira enfrentasse a construção do hospital que reclamava. Enquanto o Instituto cuida de desdobrar suas atividades com os poderes locais para fixar a área de sua atuação, segundo o zoneamento da cidade, precisa outrossim da continuidade de recursos financeiros para prosseguir na construção do hospital. Trata-se de um compromisso com previsão de longo e cinguenta, leitos e assim planejado para

não restringir-se estritamente ao tratamento dos doentes de tuberculose. de Clínica das Doenças do Tórax.

No momento, porém, o Professor Por isso mesmo, deu-se-lhe o nome José Silveira, se o Governo Federal não lhe assegurar o pagamento das verbas orçamentárias, sobretudo da dotação específica para aquele fim, não poderá prosseguir na construção do hospital. Não se nega que o Governo Federal já tenha ajudado ao Instituto. Cumpre salientar que com o Serviço Nacional de Tuberculose o Instituto mantém convênio que se tem desenvolvido na ampliação dos recursos e outros auxílios momentâneos lhe têm sido dirigidos. Neste instante, entretanto, o Instituto precisa de receber as verbas que lhe foram destinadas no Orçamento de 1962, notadamente a de trinta milhões de cruzeiros, do Orçamento da Saúde, para que tenha garantia a continuidade da construção do hospital.

Ocorre, porém, que, no Plano de Contenção de Despesas, essa dotação de trinta milhões foi reduzida, para efeito de economia, a dez milhões de cruzeiros.

Se esta redução subsistir, isto significa que ao Instituto faltará condições para prosseguir na construção normal do hospital, cuja conclusão, pelos fatos referidos, se impõe em nome do próprio respeito à saúde do povo baiano.

O Sr. Manoel Vilaga — V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Manoel Vilaga — Sinto-me até constrangido de intervir — V. Exa. pela forma brilhante com que aborda o problema. De maneira que, reserve-me para falar pouco a pouco sobre o problema da tuberculose. Quero reportar-me a uma expressão de V. Exa., citando um jornal da Bahia segundo o qual, desgrazadamente, quarenta por cento das crianças escolares estavam contaminadas. Tenho a impressão de que o termo "contaminadas" foi mal empregado. É uma expressão leve, quando se deveria dizer tuberculizadas. Em consequência, eu substituiria o desgrazadamente por felizmente. E até diria, infelizmente só quarenta por cento porque se maior fosse a proporção de crianças tuberculizadas maior seria a resistência à tuberculose. Essas crianças em idade adulta, em idade mais avançada, não apresentariam o quadro típico da tuberculose crônica. Assim queria esclarecer que a diferença entre doença e tuberculização é muito grande. Feliz daquela que é tuberculizada, infeliz do tuberculoso. O tuberculoso é um indivíduo que carece resistência à doença e não faz o quadro típico da tuberculose. Na Europa onde a tuberculose é muito disseminada, encontramos a tuberculose gânglionar, a escurulose, hoje quase inexistente no Brasil. A tuberculose é uma forma de resistência à tuberculose, porque muito mais difícil, muito mais fácil de combater do que a tuberculose pulmonar, que também é uma forma de resistência. A mais grave das tuberculoses é a tuberculose miliar, a que atinge, como muito bem esclareceu o nobre Senador Sigismundo Pacheco. Quanto a questão de verbas para tuberculosos, infelizmente estamos, não só onde há a política de encerrar a solução do problema da tuberculose em termos de verbas. Os países avançados já esclareceram o problema e o reduziram à sua expressão exata. O problema dos leitos hoje já não existe porque a tuberculose é uma doença ambulatorial. Isto é, tratada nos ambulatórios. Dentro de poucos dias, com o uso dos medicamentos, o paciente deixa de ser bacilífero, contagiante, para tornar-se um indivíduo

normal, que poderá, inclusive, exercer as suas atividades comuns, desde que não sejam prejudiciais ao seu organismo. Assim, apoio a tese de V. Exa. e acompanho-o no apelo que faz no sentido de que o Governo volte suas vistas para o empreendimento do Professor José Silveira, homem verdadeiramente patriótico e interessado no problema, com quem tive o prazer de conviver, quando ocupei o cargo de Sub-Secretário no Ministério da Saúde, ao tempo de regime parlamentarista, ocasião em que lhe foi conferido o título de Professor honoris causa pelos serviços prestados à Bahia e, consequentemente, ao Brasil. De modo que, quando se fala em leitos para tuberculosos, lamento que estejamos num País onde ainda se adota — por parte do leito para o tuberculoso era um meio de isolar o contágio. O direito à para o sanatório para não contagiar ninguém. Num País como o nosso, porém, onde a tuberculose se desenvolve em con-junção com condições econômicas e sociais, seria possível internar todos os tuberculosos. Mesmo naquela época em que o leito era uma espécie de segregação do contágio, ele não tinha o efeito profilático e sanitário que era de se esperar. Infelizmente, como ficou o nobre Senador Miguel Couto, não se descobrem os casos incipientes onde as doenças anti-tuberculosas são de efeito decisivo, de efeito curativo rápido, casos em que a tuberculose é a mais curável de todas as doenças, hoje em dia. Entretanto, não se está no País, fazendo a cobertura suficiente da população, de modo a se descobrirem os casos incipientes, curáveis dentro de 30 ou 20 dias. Apoio a tese que V. Exa. defende o junto aos seus protestos os meus, no sentido de que o Governo da República coopere com o Dr. José Silveira, de modo a que ele possa utilizar a construção do hospital para doenças torácicas, principalmente com este título.

Quando tivermos reduzido a tuberculose à condição de uma doença encarada como deve ser, pelo conhecimento das condições sócio-econômicas e pela adoção das medidas sanitárias que ela exige, então o hospital terá outras finalidades, tão úteis quanto aquela de combater a tuberculose.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço de novo a V. Exa. pelos seus esclarecimentos e valioso apoio.

O Sr. Miguel Couto — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Quero declarar-me integralmente de acordo com o Senador Manoel Vilaga. Para o Brasil, para um País de recursos escassos, é indigestível multiplicar os hospitais; o ambulatório é a arma mais segura e barata para combater mais rapidamente a tuberculose. Quero também fazer mais o apoio de V. Exa. no sentido de que o Governo não possa, em absoluto, cortar a verba para um setor de pesquisas, sob a esteira do provocou Professor José Silveira, porque é uma verba das mais bem empregadas no País.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. efetivamente, faz justiça ao Professor José Silveira.

Salientando o problema com relação ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose, não quero subestimar as necessidades das outras instituições baianas que cuidam do problema, nem da Fundação Osvaldo Alencar, nem dos serviços oficiais do Estado, pois que todos merecem a ajuda e o auxílio do Poder federal. Salientei o aspecto relativo ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose, dada a circunstância de tratar-se de organização que está construindo um hospital, cuja conclusão servirá para ampliar os seus trabalhos de pesquisa, de profilaxia e de tratamento da tuberculose na Bahia.

Será, portanto, uma organização que, desenvolvendo as suas atividades, poderá melhor servir à população baiana, inclusive aquela que não puder dispor de recursos para o pagamento de leitos hospitalares.

Ao formular o apelo com que concluírei este discurso, estou, em verdade, enquadrando a providência na própria política governamental. Na sua Mensagem de 1962 ao Congresso, o Presidente da República confirmou que a Região Norte, além de ser a que apresenta a menor renda per capita, é a que oferece alta taxa de mortalidade, e a esperança de vida revela-se muito baixa, em torno de quarenta anos.

E na sua última Mensagem, o Sr. Presidente da República, depois de assinalar que o Plano Trienal dá a devida ênfase as medidas sanitárias a serem adotadas, dentro do planejamento geral, acrescentou ser do programa do Governo racionalizar o plano de construção, equipamento e funcionamento das unidades sanitárias, particularmente as localizadas no Norte e no Nordeste. E mais, desenvolver a assistência hospitalar, estabelecendo estreita colaboração entre os estabelecimentos oficiais e particulares. Concluiu por assuviar com ênfase ser empenho do Governo encetar com mais vigor o combate à tuberculose nos centros urbanos, conjugando a ação de todas as instituições e intensificando o uso da quimioterapia.

Traçou o Governo, assim, o seu plano de ação na esfera da saúde e, particularmente, quanto ao combate à tuberculose.

Essa orientação do Governo coincide, de outro lado, com as diretrizes por ele mesmo traçadas, segundo as quais a contenção de despesas obedeceria a um critério seletivo, quer dizer, para assuntos dessa natureza o regime de economia não pode prevalecer. Porque o Governo, este ou outro qualquer, não tem o direito de sacrificar a população em nome da limitação de recursos.

Aqui o poder público cuidará sobretudo do homem para preservar, o que vem constituindo também reiterados pronunciamentos, a garantia do desenvolvimento econômico do País.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Há justiça nas palavras de V. Exa. Não sei se V. Exa. está a par da cifra astronômica que representa a tuberculose no Nordeste do País e mesmo no Estado de São Paulo, de pessoas vindas do Nordeste. Tive oportunidade de verificar este fato enquanto na Secretaria do Estado de São Paulo. Seria interessante pudesse V. Exa. ter em mãos essas dados para avaliar o que representa essa moléstia que está dizimando a população do Nordeste, como diziam os antigos a do Tio. Se o Governo não tomar medidas sérias e graves contra essa doença — a tuberculose — a situação será — todos os esforços serão por terra. Há razão no que diz V. Exa. Se os nobres vereadores não se voltarem para o homem, em primeiro lugar, no sentido de combater a doença, na ordem materialista de produção, na tentativa de obter a Região naquele estado lugar que de direitos. Este o meu aparte, nobre Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Grato a V. Exa. por sua intervenção. Estou certo de que o Governo, considerando o problema da tuberculose, não se esquecerá facilmente do da esquistossomose, a que V. Exa. se referiu.

Foderia, Sr. Senadores, ter procurado, desastrosamente, o Sr. Ministro da Saúde, para pôr-lhe o problema e lhe pedir solução adequada. Esta se reduz, ao que me parece, à medida mínima neste instante, a liberação total da verba de Cr\$ 30.000.000,00 do orçamento de 1962, com o que o Instituto Brasileiro para Investigação da

Tuberculose poderá ter garantias a continuidade da construção do hospital.

Preferi, porém, trazer o assunto à debate nesta Casa, porque se me assegurou o mais próprio. E o fiz também porque não pretendia que a situação tivesse caráter de encaminhamento pessoal, mas de obtenção de medida de interesse público, que poderia ser encaminhada no Senado através do nobre Líder da Maioria na Casa. Esta me pareceu forma própria de prestigiar o Senado e a quem n representa a palavra do Governo.

Desejo, por isto pedir ao nobre Senador Barros Carvalho, como Líder do Governo nesta Casa, que encaminhe junto ao Poder Executivo, particularmente ao Sr. Ministro da Saúde, o apelo que faço em nome da Bahia no sentido de assegurar ao Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose liberação total da verba de Cr\$ 30.000.000,00, constante do Orçamento de 1962.

O Sr. Eduardo Catalão — F. muito V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Eduardo Catalão — V. Exa. na sua exposição muito completa, tem o endosso de toda a representação baiana no Senado Federal, do Senador Aloysio de Carvalho e o nosso. Estou seguro de que V. Exa. conta com o apoio de toda a Bancada da Bahia, na Câmara dos Deputados. Este apelo — V. Exa. muito bem ci — o faz em nome da Bahia.

É um reclamo unânime do Estado que vive, no particular, à míngua de recursos. Os representantes da Bahia já estão cansados de dirigir apelos ao Sr. Ministro da Saúde. V. Exa. tem o nosso integral apoio em todas as referências feitas, especialmente no esforço extraordinário do cientista, que é o Professor José Silveira.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Nobre Senador, nunca tive dúvida de apoio integral com que V. Exa. e nobre Senador Aloysio de Carvalho receberiam as considerações que eu formulando, a serviço do Estado. Qualquer que seja a solução, ficarei agradecido ao nobre Senador Barros de Carvalho pela consideração que emprestar ao caso.

O Sr. Barros de Carvalho — D. licença a V. Exa. para um aparte para dizer que estou ouvindo atentamente o belo discurso de V. Exa. sobre a situação da tuberculose no País, principalmente na Bahia. Lembrei-me o maior interesse, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Saúde, as palavras de V. Exa., porque eles tomem a sério um problema que se agrava, cada vez mais, em toda a Nação. Não me equivoquei ao receber o aparte que o nobre Senador Padre Calazans proferiu, pois ele está certo. Há razão no que o Sr. Calazans me apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de criação do Serviço Nacional de Tuberculose e que, infelizmente, não foi bem atendido; serviu apenas para criar o Serviço de Endemias, Tuberculose e Doenças de B. Exa. e Sr. Calazans. Clemente Mariani. E também, o mal que vem desenvolvendo, subestimando as possibilidades humanas e materiais, por lá, o Sr. Calazans e procura São Paulo. O problema, conforme muito bem esclareceu V. Exa., é o homem, é a maior parcela da economia e da saúde. Lembrei-me o maior interesse de V. Exa. e Sr. Presidente da República e ao Ministro da Saúde, e concluí do discurso de V. Exa. e Sr. Calazans que todos os movimentos na Câmara.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A V. Exa. nobre Senador Barros de Carvalho, a quem encaminharei os dados que tenho em mãos sobre o Instituto, agradeço a segurança que, de já, oferece de sua consideração. Qualquer que seja a solução — respeito — lhe serei grato pela consideração.

ão emprestada ao caso. Mas, se a
ação for favorável — como espero
a Bahia e o Instituto Brasileiro
de Investigações da Tuberculose de-
vão a V. Exa. um serviço inestimá-
(Muito bem. Muito bem.) (Pal-
tas) (O orador é cumprimentado)
O SR. PRESIDENTE — Sobre a
essa Projeto de Lei, de autoria do
bre Senador Gilberto Marinho, que
á lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e apoiado o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 1963

Acrescenta parágrafos ao arti-
go 1.º da Lei nº 3.529, de 18 de
janeiro de 1959.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º O art. 1.º da Lei nº 3.529,
18 de janeiro de 1959, passa a vi-
rar com os seguintes parágrafos:

§ 1.º O valor mensal da apo-
sentadoria corresponderá ao sa-
lário profissional à época da con-
cessão do benefício e será atua-
lizado, em idêntica proporção,
toda vez que ocorrer majoração
do mesmo valor, ficando determi-
nada, no, termos deste artigo, a
revisão mensal dos benefícios já
concedidos, sem direito à percep-
ção de atrasados".

§ 2.º Caso a remuneração do
jornalista, à época da concessão
do benefício, seja superior ao sa-
lário profissional vigente, a im-
portância da aposentadoria será
fixada na base do salário médio
correspondente às últimas 24
vinte e quatro contribuições".

Art. 2.º Esta lei entra em vigor
a data de sua publicação, revoga-
s as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 3.529, de 18 de janeiro
1959, dispõe que o jornalista pro-
fissional será aposentado com remu-
neração integral, pelo Instituto de
Evidência a que pertencer, quando
ntar 30 anos de serviço.
to assegurar esse benefício, quis o
islador amparar os profissionais
imprensa, tendo em vista a alta
ssão que exercem. No caso, inspi-
u-se o legislador na legislação per-
tente ao servidor público, ao qual
Constituição Federal assegura o di-
to de se aposentar, com remun-
ção integral.

1. Constituição Federal determina,
em seu Artigo 193 que "os
eventos da inatividade serão revis-
sempre que, por motivo de alte-
ção do poder aquisitivo da moeda,
modificarem os vencimentos dos
acionários em atividade".

Faltou na mencionada Lei 3.529 es-
eleger que os proventos da aposen-
tadoria do jornalista profissional se-
revisados, quando se verificar al-
ação do poder aquisitivo da moe-
Isso faz com que hoje, existam
tre os profissionais de imprensa já
inatividade, alguns que percebem
enas cerca de 12.000 cruzeiros men-
s. E' exatamente o aviltamento do
lor da aposentadoria, como decor-
ncia da inflação, a qual exige cons-
te reajustamentos de níveis sala-
is, que impede possam muitos for-
tistas gozar o benefício concedido
lo referido diploma legal.

Sala das Sessões, em 11 de julho de
63. — Gilberto Marinho.

LEGISLAÇÃO CITADA

II N.º 3.529 — DE 18 DE JANEIRO
DE 1963

Dispõe sobre a aposentadoria
dos jornalistas profissionais.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacio-
decreta e eu sanciono a seguinte
lei:

Art. 1.º Serão aposentados pelos
titulos de Previdência a que per-

tencerem, com remuneração integral
os jornalistas profissionais que traba-
lhem em empresas jornalísticas, quan-
do contarem 30 (trinta) anos de ser-
viço.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto vai às Comissões compe-
tentes.

Presentes 35 Srs. Senadores.

Antes de anunciar a Ordem do Dia,
a Mesa convoca os Srs. Senadores
para uma sessão extraordinária às 21
horas e 30 minutos de hoje, para
apreciação de matérias urgentes, uma
das quais diz respeito ao texto do
Acórdão Internacional do Trigo de
1962, assinado pelo Brasil em 11 de
maio desse mesmo ano, em Was-
hington.

De acórdão com o art. 171, II, do
Regimento Interno:

"Art. 171. A inclusão em Or-
dem do Dia de proposição em
ritmo normal sem que esteja ins-
truída com pareceres das Comis-
sões a que houver sido distribuí-
da só é admissível nas seguintes
hipóteses:

II — Em virtude de ato do Pre-
sidente, quando se tratar:

f) de projeto de decreto legis-
lativo referente a tratado, con-
vênio ou acórdão internacional, se
faltarem oito dias, ou menos, para
a data prevista para o pronun-
ciamento do Brasil sobre o ato
em apelo;

Trata-se de Acórdão que deverá ter
o prazo ajustado, findo dentro de
quatro dias. Por isso, é necessário
seja examinado pelo Senado com a
maior urgência.

Passa-se à Ordem do Dia.

Comparecem mais os Srs. Se-
nadores:

José Karalla.
Eduardo Assucar
Edmundo Levy.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
Antônio Jucá.
José Bezerra.
Cortez Pereira
Manoel Veloso.
Argemiro de Figueiredo.
Barros Carvalho.
Ermirio de Moraes.
Dalton Costa.
Eduardo Catalão.
Gouveia Vieira.
Aurélio Viana.
Gilberto Marinho.
Milton Campos.
Milton Campos.
Benedicto Valladares.
Moura Andrade.
Juscelino Kubitschek
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Nelson Macular
Melo Braga.
Antônio Carlos.
Guido Mondim.
Mem de Sá — (21)

Discussão, em turno único, ao
Projeto de Lei da Câmara nº 17,
de 1963 (nº 512-B, de 1959, na
Casa de origem), que dispõe so-
bre o auxílio da União aos pro-
gramas e atividades esportivas
dos Clubes de Caça e Tiro e asso-
ciações congêneres das zonas de
colonização, tendo Pareceres (nú-
meros 220, 221 e 222, de 1962) das
Comissões: — de Agricultura, de-
clarando escapar o assunto à
competência da Comissão: — de
Educação e Cultura, favorável; e
— de Finanças, favorável.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Projeto. (Pausa)
Nenhum Sr. Senador querendo fa-
zer uso da palavra, declaro encerra-
da a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam,
queiram conservar-se sentados.
(Pausa)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto apro-
vado que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 17, DE 1963

(N.º 512-B, de 1959, na Câmara)

Dispõe sobre o auxílio da União
aos programas e atividades espor-
tivas dos Clubes de Caça e Tiro
e associações congêneres das zonas
de colonização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Governo da União, atra-
vés da Divisão de Educação Extra-
Escolar do Ministério da Educação e
Cultura, estabelecerá programas per-
manentes de cooperação com as ati-
vidades cívicas e esportivas dos Clu-
bes de Caça e Tiro e associações con-
gêneres, localizados nas regiões de co-
lonização do País.

Art. 2.º A Divisão de Educação Ex-
tra-Escolar, do Ministério da Educa-
ção e Cultura, manterá um registro
semelhante ao do Conselho Nacional
de Serviço Social, das entidades re-
feridas no art. 1.º.

Art. 3.º Será consignado anualmen-
te no Orçamento — Anexo do Minis-
tério da Educação e Cultura — dota-
ção destinada a subvencionar as en-
tidades registradas, tendo em vista a
realização de programas comemorati-
vos às efemérides patrióticas, cursos
de língua pátria e História do Brasil,
segundo programa organizado pela
Divisão de Educação Extra-Escolar.

Art. 4.º A Divisão de Educação Ex-
tra-Escolar facilitará, ainda, a aquisi-
ção de material para as atividades
esportivas e artísticas das referidas
entidades.

Art. 5.º O Orçamento Geral da Re-
pública consignará anualmente dota-
ção necessária à execução da presente
lei.

Art. 6.º Dentro de 60 (sessenta)
dias da publicação da presente lei,
o Poder Executivo baixará, por De-
creto, a competente regulamentação.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da Ordem
do Dia.

Há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador
José Elias.

O SR. JOSÉ ELIAS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Pre-
sidente e Srs. Senadores, antes de
focalizar diretamente o assunto que
me traz a esta tribuna do povo, seja-
me permitido externar, aqui, a pro-
funda emoção que sinto agora, quan-
do faço minha estréia nesta Casa do
Congresso Nacional.

Não posso esconder esta emoção, Sr.
Presidente e Srs. Senadores, porque
o participar dos trabalhos de uma
Casa de Leis, como esta Casa, consti-
tui para mim, como deve constituir
para qualquer brasileiro, honraria ex-
cepcional, das maiores a que se pode-
ria almejar, na vida.

Esta honraria cresce de expressão
quando se sabe que esta Casa do Con-
gresso Nacional é respeitada em todo
o País, pela dignidade dos seus com-
ponentes e pelo patriotismo com que
são tratados aqui os problemas nacio-
nais, principalmente aqueles que en-
volvem interesse coletivo. Estes poucos

dias de convivência com os Senhores
Senadores, deram-me a certeza de que
nesta Casa não existem fronteiras
partidárias quando está em jogo o
bem comum; estes poucos dias de co-
vivência com os Senhores Senadores
deram-me a certeza da bravura com
que o Senado defende a sua autono-
mia e a sua dignidade, repudiando
pressões ou ultimatos, partam eles de
onde partirem, de classes armadas,
ou de classes sinicalizadas.

Na verdade, Sr. Presidente, o Se-
nado da República pode dispensar li-
ções de patriotismo, e de noções do
cumprimento do dever. Ele está apto
a dar essas lições a quem delas pre-
cisar.

Nesta oportunidade, desejo saien-
tar, também, o grande privilégio que
constitui para mim estar aqui subs-
tituindo a um político que, através de
toda sua vida pública, tem dado a
todos nós, seus coestaduanos, exem-
plos de coerência ideológica, exemplos
de lealdade, exemplos de honestidade
e, sobretudo, exemplos de amor ao
povo que nesta Casa ele tão bem re-
presenta.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs.
Deputados, ao ilustre Senador Pedro
Ludovico.

Vários Srs. Senadores — Muito
bem.

O SR. JOSÉ ELIAS — Nesta mi-
nha breve passagem pelo Senado da
República julgo do meu dever focali-
zar um assunto que considero de im-
portância fundamental para o futuro
da nacionalidade e para o qual seja-
me permitido chamar a preciosa aten-
ção dos Srs. Senadores.

E' a respeito da mortalidade infan-
til em nossa Pátria, um assunto mais
ou menos paralelo à matéria tão bem
exposta pelo ilustre representante da
Bahia, Senador Josaphat Marinho.

A experiência adquirida em mais de
vinte e cinco anos de exercício da Me-
dicina em plena hinterlândia brasilei-
ra, me dá segurança bastante para
focalizar este assunto da tribuna do
Senado e para dizer aos Srs. Senado-
res que a perda de vidas infantis no
nosso País é simplesmente impres-
sionante e aterradora. E' algo, Sr. Pre-
sidente e Srs. Senadores, que vale
como um grande desafio a todos nós.

A guisa de informação e para ilus-
trar estas minhas singelas palavras,
devo esclarecer aos Srs. Senadores
que, na Guanabara, no Rio de Janeiro,
o índice de mortalidade infantil é da
ordem de duzentos por mil. O que isto
quer dizer, Srs. Senadores? Quer di-
zer, que, de mil crianças nascidas vi-
vas, duzentas morrem antes de com-
pletar um ano de vida.

Se isto acontece no Rio de Janeiro,
o que não acontecerá este Brasil a
fora?

No interior do País, este triste espe-
táculo atinge as raíais do inacredita-
vel, principalmente no Norte e no
Nordeste, onde as cifras oscilam de
duzentos e cinquenta até quatrocen-
tos por mil. Isto é, de mil crianças
nascidas vivas, duzentas e cinquenta
a quatrocentos morrem antes de com-
pletar um ano de vida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, es-
ses índices nos nivelam aos países da
África e da Ásia. E' uma verdade que
humilha, eu sei disso; é uma verdade
que deprime, sei disso também, e é
uma verdade que envergonha, reco-
nhco também. Mas, por ser uma
verdade que envergonha, que depri-
me e que humilha, por isso mesmo.
Srs. Senadores, deve ser dita e pre-
clamada da mais alta tribuna do
País, para conhecimento de toda a
Nação brasileira.

Não se compreende, Srs. Senadores,
que a nossa Pátria se apresente aos
olhos dos estrangeiros como a Gene-
ra de outras raças quando, na realidade,
é a grande madrinha de seus pró-
prios filhos.

Nestas minhas afirmações não há
qualquer crítica a este ou aquele

velho, porque o problema não é desse ou daquele Governo, é um problema de toda a Nação brasileira que precisa de ser solucionada para resolver o problema.

Sr. que em uma Semana da Oratória no nosso calendário, mas o assunto é importante, o problema é tão complexo, que a nossa preocupação não se deve cingir apenas a uma semana; deve ser uma constante em toda a nossa vida.

Das duas Crises do Congresso Nacional já deviam ter saído leis objetivando a solução do problema, mas, infelizmente e muito pouca coisa se conseguiu neste setor porque, a minha concepção, o problema não está ligado apenas à falta de assistência médica. Não, Srs. Senadores, é um problema muito mais intimamente ligado à pobreza e à ignorância, por isso mesmo, considero o muito mais do ordem social-econômico do que um problema de ordem médica.

Éis por que, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, em nome da tristeza e da amargura de milhares e milhares de mãos brasileiras; eis por que, Sr. Presidente Srs. Senadores, em nome de um mundo de afeto, de ternura e de carinho e de lágrimas choradas por milhares e milhares de mãos brasileiras eis por que, Sr. Presidente Srs. Senadores, em nome de uma infância que está sendo dizimada pela doença, pela verminose, pela sífilis congênita, pela malária e pelos efeitos da alimentação, eis por que, em nome de uma Pátria que está morrendo lentamente, ousar fazer um pélo a quem de direito, para que se ajude melhor do Brasil de hoje, pensando no Brasil de amanhã. Porque com a morte de uma criança, sinto que nós também morreremos um pouco — morreremos como espécie, morreremos como povo e morreremos como Nação. Muito bem! muito bem! O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE

— Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

— Sr. Presidente, Srs. Senadores desejo, hoje, localizar mais uma vez o problema econômico de nosso País, principalmente, do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, Santa Catarina.

Quero referir-me, Sr. Presidente, ao problema da suinocultura, que representa, no Estado de Santa Catarina, aproximadamente, 20% da sua economia. A suinocultura é ali relativamente bem desenvolvida, e, segundo as estatísticas do Ministério da Agricultura, o Estado de Santa Catarina situado em segundo lugar entre as Unidades da Federação, no abate anual de suínos, nas indústrias inspecionadas pelo Ministério da Agricultura.

Mas, Sr. Presidente, a suinocultura tem sofrido grandes oscilações de expansão e de decadência, isto porque não temos realmente uma organização e aquele cuidado para evitar as bruscas oscilações de preços. Há ocasiões em que o preço baixa tanto, causando o desestímulo e até mesmo o abandono. Depois, vem a escassez e com ela a alta de preços exorbitante, em que o nosso homem trabalhador não tem recursos. O preço é tão elevado que ele não pode passar a consumir aqueles produtos. E o que verificamos em 1960, 1961 e 1962. Havia abundância de suínos. A suinocultura estava florescente, mas devido ao alto preço da forragem e o baixo preço que passou a alcançar o suíno pronto para o abate, veio desestímulo e o abandono da suinocultura e com ela a escassez. No ano de 1962, o preço da banha alcançou um limite tão baixo, em face da desvalorização da

nos, a moeda, que estava sendo vendida a Cr\$ 143,00 o quilo, e até por menos. Neste ano, porém, doze meses, escassamente, depois a banha alcançou, em Belo Horizonte, conforme publicação nos jornais, o elevadíssimo preço de Cr\$ 500,00 o quilo.

Os suinocultores, como já declarei, venderam até suas matrizes; venderam os animais reprodutores, porque os preços não compensavam, porque estavam sofrendo prejuízos. Daí a escassez que estamos verificando, hoje, de produtos suínos, ao mesmo tempo em que há excedentes de forragens, tais como o milho, produto consumido em larga escala pelos porcos. Disso tudo resulta um elevado preço para os derivados de suínos e um preço aviltante pelo milho, que não estamos tra consumo. Também não estamos aparelhados para exportarmos o milho. Se tivéssemos organizados para vendê-lo ao estrangeiro, se houvesse facilidades de embarque nos portos marítimos, ent. o teríamos ainda uma salvação para a lavoura do milho, que seria a exportação do produto.

Lamentável, Sr. Presidente, nossos portos, como ainda há poucos dias tivemos a oportunidade de citar, não estão reparados. Em consequência, o milho ficou por um preço muito baixo, e, então, Sr. Presidente, vamos, agora, enfrentar nova fase em que há estímulo para a criação de suínos e há forragem com abundância.

Os produtores dessas forragens, principalmente de milho, estão sendo desestimulados, porque estão sendo abandonados, e não recebe mo preço mínimo estabelecido pelo Ministério da Agricultura. Consequentemente, estamos sujeitos a nova crise de milho nos próximos anos e a uma nova dificuldade que será imposta aos suinocultores.

Sr. Presidente, quero trazer ao conhecimento do Senado e da Nação o quadro demonstrativo de produtos suínos do Estado do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina.

Este quadro refere-se aos anos de 1962 e 1963, nos quatro primeiros meses do ano, isto é, de janeiro a abril do corrente ano e compara com igual data ao do ano passado:

A Indústria Carlos Schroeder S.A. de Indaial que no ano passado abateu 4.825 suínos este ano abateu 3.444 e a Indústria Saulle Pagnoncelli S.A. S.A., de Herval d'Oeste, abateu, no ano passado, 18.972 suínos; este ano, 5.207. Fritz Lorenz S.A. — Ind. Com. e Agric., de Timbó, no ano passado abateu 13.015 suínos; este ano, 8.585. A Indústria e Comércio Hermann Weeg, de Rio do Teste, abateu, no ano passado, 6.086; este ano, 4.439. A Indústria de Suínos Ltda., de Chapecó, abateu, no ano passado, 6.974 suínos; este ano, 5.174. Perdigoão S.A. — Comércio e Indústria, de Videira, abateu, no ano passado, 30.497 suínos; este ano, 1.289. S.A. Indústria e Comércio Concórdia, de Concórdia, abateu, no ano passado, 58.634 suínos; este ano, 52.244. S.A. Indústria e Comércio de Chapecó, de Chapecó, no ano passado abateu 31.978 suínos; este ano, 26.841. E outras indústrias menores também, no mesmo ritmo decrescente e totalizando, nos quatro primeiros meses, conforme referi, no ano de 1962, 206.706 suínos, em 1963, 156.417 suínos, havendo um decréscimo de 23,7%. ou seja, aproximadamente, 25%. Idêntica situação se verifica em outros Estados, principalmente no Rio Grande do Sul, que

é o Estado onde existem os maiores rebanhos de suínos, bem como no Estado do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Em todos esses Estados a suinocultura entrou em decadência.

Devemos trazer mais uma palavra ao Senado, de que temos um mercado no exterior, a que poderíamos vender em grande escala, principalmente a carne de suíno. A Alemanha tem insistido em nos comprar carne de suíno, mas, infelizmente, os aparelhamentos existentes de transporte e armazenagem não são de molde a estimular os industriais desse comércio de exportação.

E quanto à banha, Sr. Presidente — um produto que pode ser conservado em armazéns comuns, por vários meses — se as indústrias de produtos suínos tivessem, na época da safra, financiamento de parte dos bancos oficiais, poderiam formar os estoques, mantendo o melhor preço para o suinocultor. E, assim, estaríamos contribuindo para a manutenção de um rebanho suíno, com estímulo à suinocultura no País e evitaríamos, nas épocas de entre-safra, essa alta exorbitante, como se constatou no ano passado — de 1962 para 1963 — de 140 cruzeiros na época da safra para 500 cruzeiros na época da entressafra.

Temos que procurar uma solução para este problema. Constatamos, Sr. Presidente, que em outros países, cuja situação econômica conhecemos, os gêneros alimentícios não têm, praticamente, entressafra. O preço é praticamente o mesmo nas épocas de safra e entressafra, apenas com o acréscimo de uma parcela mínima, correspondente às despesas de armazenagem e juros.

Assim, pois, nós, do Brasil, temos um campo dos mais próprios para a expansão da suinocultura porque temos as fontes de produção de forragem. Temos condições para aumentar, sensivelmente, a produção de milho, de feijão soja, de mandioca e de outras forragens que constituem a base alimentar da suinocultura. Daí por que trazemos estas considerações ao Senado, para que os órgãos competentes do Ministério da Agricultura e do Ministério da Fazenda, possam planejar e, com isso, estimular, novamente nossos bravos suinocultores a produzir mais e melhor e deste modo, também, poder oferecer aos consumidores os produtos derivados dos suínos — tão ricos em proteínas e gordura — a preços razoáveis, para que possam contribuir para o barateamento do custo de vida.

Ér a o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a presente sessão, reiterando a convocação dos Srs. Senadores, para uma sessão extraordinária hoje, a 21 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEN DO DIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1963

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 8-B de 1963) na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil em 11 de maio de 1962, em Washington (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº II, letra "f"), dependendo de pronunciamento das Comis-

sões — de Constituição e Justiça — de Relações Exteriores — de Economia — de Finanças.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 8-B de 1963) na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil em 11 de maio de 1962, em Washington (projeto incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº II, letra "f"), dependendo de pronunciamento das Comis-

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos)

Republica-se por ter saído com incorreções no DCN nº 88, de 6 de julho de 1963 — Página 1.593 — 4ª edição.

Mensagem nº 119-A, de 1963

(Nº 192, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal.

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer do Professor Antônio de Queiroz Filho para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Jugoslávia, nos termos dos artigos 22 e 23, parágrafo 1º, da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Professor Antônio de Queiroz Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa Informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 1963: 142º da Independência e 75º da República. — João Belchior Marques Goulart.

CURRICULUM VITAE DO PROFESSOR ANTONIO DE QUEIROZ FILHO

O Professor Antônio de Queiroz Filho nasceu em São Paulo, em 1910. É diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1931.

Fêz o Curso de Direito Penal Internacional da Faculdade de Direito de Paris, Sorbonne, sob a direção do Professor Bonnedieu de Vabres.

Exerceu cargos no Ministério Público de São Paulo, tendo chegado a Promotoria Pública da Capital daquele Estado.

Foi Diretor Geral do Departamento de Institutos Penais do Estado de São Paulo.

Ocupou o cargo de Professor da Justiça de São Paulo.

É Professor de Direito Penal da Faculdade Paulista de Direito.

Foi eleito Deputado Federal, por São Paulo, na penúltima Legislatura.

Exerceu as funções de Secretário de Justiça e Negócios do Interior e Secretário dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo.

Em 1961, foi designado pelo Governo da República para integrar a Comissão de Inquérito das Nações Unidas sobre a morte de Patrício Lumumba.

Secretário de Estado das Relações Exteriores em 1963. — Brasília, Botelho Barros, Chefe da Divisão de Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

A ata da 95ª Sessão, em 11 de julho de 1963, será publicada em Suplemento.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: Cr\$ 0,40